



Anais da Assembléia

N.º 57

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 053.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1984.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Esçorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulia, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Fuffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM nº 119/84.

Curitiba, 06 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, poderão ser dispensados das atividades do respectivo cargo efetivo, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens.

A medida legal ora submetida a exame desta Augusta Assembléia Legislativa virá atender antiga reivindicação dos dirigentes da classe do Magistério, com os quais, aliás, assumi, recentemente, o compromisso

da formalização desta proposição.

Por outro lado, vale ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe traduz e consubstancia o resultado de estudos que refletem a preocupação da administração em dar ao assunto definição baseada, também, nos superiores interesses do ensino oficial do Estado do Paraná.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. O Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, poderão ser dispensados das atividades do respectivo cargo efetivo, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens.

Parágrafo único. Na hipótese de acumulação a dispensa de que trata este artigo aplica-se somente a um dos cargos.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 120/84.

Curitiba, 08 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a composição do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar condições a fim de que os recursos do "Fundo Penitenciário do Estado", instituído pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, cujos montantes, através das disposições das recentes Leis nºs 7.809 e 7.810, ambas de 29 de dezembro de 1983, tornaram-se mais expressivos e, por isso, capazes de propiciar meios para aprimorar o Sistema Penitenciário do Estado, mediante a construção de unidades penais no interior do Estado e melhoria nos presídios existentes.

Pretende-se, também, à conta de tal recursos, realizar trabalho que venha a constituir-se alavanca de maior eficiência na ressocialização do preso, ajudando a recompor nele a dignidade humana e o preparar, com uma profissão, para enfrentar a competição no mercado de trabalho na volta à sociedade, e, ainda gerar produção com a qual projeta-se custear pelo menos o dispêndio com a alimentação da população carcerária.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. O Fundo Penitenciário de que trata a Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, será administrado por um Conselho Diretor, presidido pelo Secretário de Estado da Justiça e integrado pelo Coordenador do Sistema Penitenciário, Diretores dos Estabelecimentos Penais do Estado, um representante do Ministério Público indicado pelo Procurador Geral de Justiça e outros 4 (quatro) membros, indicados, respectivamente, pelo Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná.

§ 1º. O Conselho do Fundo Penitenciário do Estado terá como Secretário Geral o Coordenador do Sistema Penitenciário.

§ 2º. Os membros do Conselho a que se refere este artigo serão nomeados pelo Governador do Estado, para períodos de 2 (dois) anos e não perceberão qualquer espécie de remuneração, sendo suas funções consideradas de relevante serviço público.

§ 3º. O Período de exercício dos membros do Conselho Penitenciário referente à primeira composição após a vigência desta lei, findará, excepcionalmente, em 15 de março de 1987.

Art. 2º. São recursos do Fundo Penitenciário:

I — as receitas decorrentes das Leis nºs 7.809 e 7.810, de 29 de dezembro de 1983;

II — parcelas de dotações orçamentárias atribuídas às unidades penais e à Coordenação do Sistema Penitenciário;

III — o produto dos juros, comissões e outras receitas resultantes da aplicação dos recursos do próprio fundo;

IV — o resultado da venda da produção industrial, extrativa e agropecuária das unidades penais do Estado;

V — doações, contribuições e legados;

VI — créditos adicionais que lhe forem abertos;

VII — o produto decorrente da alienação de bens inservíveis;

VIII — quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 3º. Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados no Banco do Estado do Paraná S/A, em conta especial, sob a denominação de "Fundo Penitenciário" e que será movimentada pelo Secretário de Estado da Justiça, ou, por delegação deste, pelo Coordenador do Sistema Penitenciário.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o parágrafo único do art. 1º, o art. 2º, o art. 3º e parágrafo único, todos da Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964 e demais disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 121/84.

Curitiba, 13 de junho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar, com o Município de Ibiporã as datas de terreno nºs 13 e 14, da quadra 55, havidas pelo Estado conforme Matrículas nºs 2.797 e 2.798, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, pelas datas nºs 3 e 4, da quadra nº 33 - A, havidas pelo Município conforme Matrícula nº 4.304, do mesmo Cartório de Registro.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta

Assembleia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, nas datas de terreno que o Estado receber por decorrência da permuta proposta, será construído novo prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do Município de Ibiporã, com sensíveis benefícios às atividades dos setores da segurança pública naquela região.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar as datas nºs 13 e 14, da Quadra 55, com área de 1.413,75 m2, contendo o prédio da antiga Delegacia de Polícia, de propriedade do Estado do Paraná, objetos das Matrículas nºs 2797 e 2798, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiporã, pelas datas nºs 3 e 4, da Quadra nº 33-A, com área de 2.781,25 m2, de propriedade do Município de Ibiporã, objeto da Matrícula nº 4304, no Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca, todas situadas na sede do referido Município.

Art. 2º — As daras de terras nºs 3 e 4, da Quadra nº 33-A, referidas no artigo anterior, serão destinadas à construção da nova Delegacia de Polícia.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 108/84, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a movimentação de referências, progressão e ascensão funcionais previstas na Lei nº 7784, de 14/12/83.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 125/84, de sua autoria.

Sala das Sessões em 19 de junho de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr.

SETEMBRINO ZAGO, ocorrido em 17 de junho, em Querência do Norte, haja vista que o mesmo foi pioneiro naquela cidade, tendo lá chegado nos idos de 1953, desbravando, com coragem e tenacidade, o Extremo Noroeste do Paraná.

O Sr. Setembrino Zago foi ainda vereador por duas vezes, tendo chegado à Presidência da Câmara. Prefeito de 1976 a 1982, quando realizou uma das melhores gestões do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 17, no Município de Francisco Beltrão, vítimas de lamentável acidente automobilístico, dos radialistas EUSEBIO GARCIA e JAIME ZENI, integrantes da equipe de esportes da Rádio Iguaçu, de Toledo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa sejam científicas as famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar, em ata dos trabalhos da sessão de hoje, pelo falecimento do Sr. MARTIN WENDRECHOWSKI, vítima de latrocínio.

O extinto era casado com D. Eva Wendrechowski, e deixa órfãos, dois filhos menores. Era irmão de D. Tereza Wendrechowski Machado, esposa do Sr. Félix Benoni Machado. Jovem ainda, pois contava 34 anos de idade, era vendedor profissional. Figura muito popular, era por demais conhecido no bairro do Pinheirinho, onde residia e possuía inúmeros amigos. Deixa, além da tristeza por seu passamento, a lembrança do chefe de família consciente, excelente esposo e bom pai, além do amigo sincero, presente em todas as ocasiões, fossem boas ou ruins.

A brutalidade de sua morte revela, com toda crueza dos fatos, o clima de violência em que estamos mergulhados. Violência que nasce das profundas desigualdades sociais e que gera a enorme insegurança e o medo que dominam nossas cidades, trazendo intranquilidade a todos quantos buscam no trabalho e na labuta a construção de seu futuro.

Outrossim, solicitamos que da decisão do Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar na ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Sr. JOSÉ PRZYSIADA, ocorrido recentemente no Município de Cerro Azul, onde estava radicado há anos.

O Sr. José, progenitor do atual Prefeito do Município de Cerro Azul, prestou serviços de relevância para essa comunidade, e merece nosso respeito.

Requer ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência aos familiares enlutados, à Rua Barão do Cerro Azul, 63, na cidade desse mesmo nome.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. LAVINIA ROSA ZANON, ocorrido ontem.

Solicita, outrossim, que se dê ciência do teor do presente requerimento ao seu filho, Dr. Adolfo Zanon Filho, Diretor Financeiro da Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. AUGUSTO ANTÔNIO EOMEERMEIR, ocorrido no dia 17 de junho de 1984, em Querência do Norte, tendo em vista que o mesmo foi pioneiro naquele município, lá chegando na segunda metade da década de 50, ajudando com seu trabalho e perseverança, a construir o futuro daquela cidade.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. LINDA CALIMAN, ocorrido no último dia 16, na cidade de Apucarana, onde fixara sua residência, em virtude de mal súbito do qual foi acometida.

Requer ainda, que do presente pronunciamento se dê ciência ao esposo enlutado, Sr. Romano Caliman, à Rua Engenheiro Paulo Frontin, 319, em Apucarana.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento dos radialistas JAIME ZENI e EUZÉBIO GARCIA, ocorrido no dia 17 de junho do corrente ano, e que seja enviada cópia à Rádio Iguaçu de Toledo e também aos familiares dos mesmos, na Rua Bento Munhoz da Rocha, s/n e Rua XV de Novembro, 1788, em Toledo.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem a dois grandes radialistas que o Paraná perdeu.

O trágico acidente, ocorreu no dia 17 de junho do corrente ano, em Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o Regimento Interno, REQUER ao Excelentíssimo Sr. Trajano Bastos, DD. Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Externa, composta por três Srs. Deputados, nomeados por essa Presidência, para representar a Assembléia nos atos comemorativos do 29.º Ano de Fundação de Umuarama, a serem desenvolvidos durante os dias 24, 25 e 26 de junho de 1984.

A presença, por representação, desta Assembléia, nos festejos comemorativos de Umuarama, estreitarão ainda mais os laços de convivência político-administrativa existentes entre o Poder Legislativo Estadual e aquele importante Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA.

A nova Diretoria eleita e empossada no dia 18 de maio próximo passado, está assim constituída: Presidente, Odacir Antonelli; 1.º Vice-Presidente, Geraldo Lovo, 2.º Vice-Presidente, Ozinoide Ranzani; 1.º Secretário, Luiz Carlos Ferreira da Silva; 2.º Secretário, Francisco Abílio de Oliveira; 1.º Tesoureiro, Conrado Auffinger; 2.º Tesoureiro, Pedro Mendes Júnior, Conselho Diretor: Dimorvam Carraro, Jurandir Bozz, Dornelles Luiz Miotto Barancelli, Antônio Lustosa Santos, Lúrio B. Vivan, Relações Públicas: Atílio Brustolim, Antônio

Rampazzo e Eugênio Belotto.

Tal evento vem de estabelecer júbilo à Comunidade de Palmas, que passa a contar com elementos de destaque de sua sociedade, nas atividades daquela associação, em prol do desenvolvimento daquele município.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência àquela Associação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de congratulações ao poeta e escritor curitibano, APOLLO TABORDA FRANÇA, pelo lançamento de seu livro intitulado "Os nossos pés de todos os dias".

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

As contribuições ao nosso enriquecimento cultural são sempre dignas de aplausos e considerações, especialmente quando trazem em seu bojo a vontade de transmitir ensinamentos deixando o aspecto material, o lucro, em plano secundário.

Assim é que saudamos mais uma obra do nosso conhecido poeta, escritor e historiador Apollo Taborda França, que nos brinda por sua fecunda inteligência com mais um livro.

"Os nossos pés de todos os dias" é um livro que vai além da leitura atraente e agradável. Transmite uma série de conhecimentos e de informações, desde a antiguidade e dos tempos bíblicos até o cotidiano, do esporte e da literatura.

Foi deveras feliz o seu autor ao tomar um tema simples para transmitir informações e enriquecer a cultura dos curitibanos.

Quando se vê, quase que diariamente, o ramo editorial lançar trabalhos de gosto e validade discutíveis com temas que não raro concorrem para desvirtuar os valores sociais, e objetivando mais o lucro comercial e a satisfação da vaidade de escritores de nível duvidoso, é motivo de satisfação saber que o público tem à disposição mais uma obra de Apollo Taborda França, um poeta de nossa terra, que merece — por isso e por sua obra — o prestigiamento de todos os curitibanos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de congratulações pela criação da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUITANDINHA, cuja primeira Diretoria está assim constituída: Diretor Presidente: Pedro Machoski; Diretor Secretário: Geremias de Lima Mendes, Diretor Vice-Presidente: José Ribeiro de Moura, Diretores:

João Karasawa, Alfredo Telma, Albino Lenartovicz e Antônio Wojcikievicz e um Conselho Fiscal composto pelos produtores: Afonso Kais, Mário Prado, André Wergenski, Heitor Massaneiro de Bastos, Domingos Piontkievicz e Eduardo Milchevski.

A criação dessa Associação vem reunir mais de uma centena de produtores do Município de Quitandinha e tem por finalidade incentivar e agregar aquela comunidade produtora na defesa de seus interesses, razão pela qual deve merecer as congratulações e o incentivo dos órgãos públicos de nosso Estado.

Com o seu órgão informativo "QUITANDA", divulga e informa o seu corpo associativo das suas atividades, transformando em veículo informático de utilidade pública para toda a sociedade local.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Diretoria daquela Associação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação de um voto de congratulações pela passagem do 215.º aniversário do Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

De todos os municípios paranaenses, a Lapa é aquele que todos reverenciam com mais amor, com mais carinho e com maiores lembranças. A Lapa é uma terra legendaria que sintetiza o valor e a coragem do próprio Paraná, do próprio homem paranaense.

Terra de heróis, berço de cultura, a Lapa tem um grande e respeitável passado, mas tem também o seu presente e busca consolidar o seu futuro. O município e o povo da Lapa foram ao longo do tempo venerados e homenageados, mas aqueles que tinham nas mãos o poder e a decisão julgaram sempre que a Lapa e o seu povo viveriam de lembranças e recordações, por isso enlevaram-se no abstrato e deixaram o concreto, o tangível, apenas como uma promessa.

A Lapa vive hoje novos tempos, porque sabem os governos do Estado e do Município que tão importante quanto ter um grande passado, é construir um sólido futuro.

A Lapa tem um grande e exemplar passado, um passado de respeito, de veneração, um passado que tem marcas e contornos muito fortes na história paranaense. Pois é sobre esse passado que se está construindo um igualmente grandioso futuro.

Parabéns a Lapa e parabéns ao seu povo neste mês em que comemora 215 anos. Parabéns porque sentimos que o heroísmo do passado é o lema do trabalho grandioso do presente e a certeza de um futuro que o município e

seu povo já fazem por merecer há muito tempo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação de um voto de congratulações em homenagem ao 23.º aniversário de fundação do Município de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Quitandinha acaba de festejar 23 anos de emancipação política, evento comemorado com muita alegria pela população laboriosa daquela comuna.

É plenamente justificável essa alegria, porque o povo de Quitandinha tem consciência de que está construindo um novo futuro para o município.

O futuro é fruto do trabalho unido, da fé e da crença de todos, que estão oferecendo belos exemplos de dedicação e amor à terra.

Quitandinha é um município essencialmente voltado às coisas da terra, às riquezas do solo e é desse solo que sua laboriosa gente está tirando não apenas o sustento para si, mas os alicerces sólidos para as gerações vindouras.

É, portanto, motivo de alegria também para nós, que temos vivido e convivido os problemas, as vitórias e as conquistas do povo de Quitandinha, a quem deixamos aqui consignado este voto de congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à COAGEL — Cooperativa Agropecuária Goioerê Limitada, pela comemoração do seu décimo ano de existência, que ocorrerá no próximo dia 22, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Dr. Ignácio Mammana Netto, Presidente daquela Cooperativa.

Objetivando a somatória dos esforços de cada indivíduo bem como as condições de cada um, o cooperativismo surgiu no Brasil há muitos decênios, influenciado pelos comportamentos das inúmeras origens étnicas que aqui se instalaram na busca da fixação do seu trabalho.

Nos dias de hoje, o cooperativismo assumiu um papel de extrema importância neste País, onde praticamente já não existem mais regiões que não sejam atingidas por unidades cooperativistas.

A profunda crise econômica-financeira que tem atingido todos os setores, no Brasil, foi talvez o grande motivo que levou o proprietário rural a associar-se em cooperativas, visando a sua integração no sentido de se assegurar ao menos em

parte, ante a política adotada pelos governos impostos após o golpe militar ocorrido em 1964, que entre outros inúmeros malefícios, colocou em prática uma política de total favorecimento ao capital estrangeiro aqui representados pelas poderosas multinacionais.

A ausência de incentivos desde ao plantio, tratos culturais até a colheita, contribuiu decisivamente para o amplo domínio das grandes propriedades agropastoris, desaparecendo as pequenas propriedades.

No Estado do Paraná, tal conjuntura não podia ser diferente. O Cooperativismo criou raízes muito rapidamente, sendo que atualmente é inegável que as cooperativas estão presentes em todas as regiões.

Na região de Goio-Erê, Município criado no ano de 1950, no dia dez de agosto, desmembrando de Campo Mourão, as atividades agrícolas foram como continuam a ser, o verdadeiro sustentáculo sócio-econômico daquele Município.

O desenvolvimento desde aqueles idos aconteciam de forma bastante acelerada, fato então que posteriormente exigia de sua população a adoção de mecanismos capazes de garantirem uma infra-estrutura de desenvolvimento não apenas a altura de Goio-Erê mas também a outras regiões produtoras.

Tendo em vista essa real necessidade, homens, independente da posição econômica ou social, reuniram-se imbuídos em um mesmo propósito: a fundação de uma cooperativa, chamada então de COAGEL - Cooperativa Agropecuária Goio-Erê Limitada, dando talvez, a maior prova daquele Município o quanto acreditava em sua potencialidade.

A primeira comissão pró-criação da COAGEL, foi formada no dia 28 de outubro de 1973, cujo movimento era então encabeçado por um Engenheiro Agrônomo da Acarpa, Doutor Benjamin dos Santos. O amadurecimento de tal iniciativa foi se verificando em razão das reuniões que eram desenvolvidas não somente no Município de Goio-Erê, e sim em todas as localidades existentes no interior.

Junho de 1974, dia 22, uma data histórica, era fundada oficialmente a COAGEL - Cooperativa Agropecuária Goio-Erê Limitada, através da apresentação, discussão e conseqüente aprovação do seu Estatuto pelos 42 produtores presentes, elegendo na ocasião para a Presidência o Senhor Antônio Sestak, entrando definitivamente em funcionamento no dia 2 de setembro.

Após o período dos mais difíceis em que o seu patrimônio não era suficiente para a cobertura de diversas dívidas contraídas, a COAGEL buscava a dinamização e o seu reencontro com objetivos que nortearam a razão de sua existência. Considerada pela maioria como o início de sua melhor fase, no dia 16 de outubro de 1977 assumia uma nova Diretoria, com mandato de três anos, através da homologação dos associados presentes. A referida Diretoria tinha já na época, na Presidência o Doutor Ignácio Mammana Netto liderança das mais expressivas, cuja capacidade aliada aos demais integrantes, mereceu o reconhecimento por parte dos cooperados, sendo reconduzido em nova Assembléia Geral Ordinária em 1981.

A nova fase vivenciada pela COAGEL permitiu o estabelecimento de uma política de melhor atendimento a cooperados, comprovada pela criação de vários entrepostos em outros Municípios, Distritos Administrativos e localidades. Além disto, a COAGEL ampliou sua

usina de algodão com a aquisição de dois conjuntos de descaroçamento; criou-se o setor de peças e acessórios na sede; foi inaugurado o gabinete dentário cujo atendimento não é restrito aos cooperados, podendo os familiares e funcionários usufruírem deste importante benefício; criação de cinco Comitês Educativos; ampliação da recepção e armazenamento de produtos agrícolas; implantação do sistema de aeração e termometria; foi criado também um órgão de divulgação mensal (Jornal Coagel), além de programas de rádio para melhor informar o cooperado sobre o dia-a-dia da Cooperativa. Todos estes farores de desenvolvimento tornaram-se uma realidade em face do dinamismo de sua Diretoria, respaldada evidentemente pelo conjunto dos cooperativados.

Por isto, não poderia deixar de realizar este registro à COAGEL, que indiscutivelmente desponta do cenário do Brasil como uma das maiores cooperativas, sendo indispensável dentro deste sistema, notadamente nas movimentações que têm sido uma constante, no que diz respeito a adoção de uma política voltada para a agropecuária nacional.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata da presente sessão, voto de regozijo, pelo transcurso do 1.º aniversário do "Jornal do Estado", bem como aos integrantes deste conceituado matutino.

Requer, ainda, que desta decisão, seja dada ciência aos diretores do "Jornal do Estado", no seguinte endereço: Rua Doutor Roberto Barrozo, 22 - Centro Cívico, Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata de um voto de regozijo ao "JORNAL DO ESTADO", pelo transcurso de seu primeiro aniversário, ocorrido ontem, dia 17 de junho de 1984.

O "Jornal do Estado" tem mostrado todo o vigor de um jornalismo independente e profundamente comprometido com a verdade dos fatos. Tendo à sua frente o jornalista Roberto Barrozo Filho, herdeiro do saudoso Roberto Barrozo - fundador de grandes jornais - o "Jornal do Estado" vem revelando vigor e compromisso com os seus leitores.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário, se dê ciência à Direção do jornal.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado abaixo-assinado, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado José Richa, solicitando que o Chefe do Executivo envie mensagem a esta Casa instituindo, em caráter definitivo, a "elevação

de nível por avanço vertical por habilitação" SEMESTRALMENTE, em favor do magistério paranaense.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar n.º 13, de 23 de dezembro de 1981, instituiu a elevação de nível por avanço vertical por habilitação, beneficiando os professores paranaenses. Porém, o benefício segundo aquela lei deveria ser aplicado de dois em dois anos. Tratava-se de antiga aspiração dos professores paranaenses e foi conquistada no bojo da greve realizada no ano de 1981.

Atendendo apelos do magistério, em junho de 1982 o então Governador do Estado, José Hosken de Novaes, sancionou a Lei Complementar n.º 16 estabelecendo que, transitoriamente, o avanço vertical em virtude de habilitação do professor seria feito semestralmente, tendo o art. 1.º da referida lei fixado os meses de outubro de 1982, abril e outubro de 1983 para efetivação dos atos administrativos beneficiando os professores habilitados até aquelas datas.

Dado o caráter transitório e excepcional da Lei Complementar n.º 16, de julho de 1982 e do Decreto n.º 5241 de julho do mesmo ano, voltaram a vigor as disposições contidas na Lei Complementar n.º 13, de 23 de dezembro de 1981, que deu nova redação à Lei Complementar n.º 7, de dezembro de 1976, o avanço vertical por habilitação ficou novamente subordinado ao interstício de dois anos.

O professorado paranaense não concorda com esse retrocesso e vem reivindicando a implantação da semestralidade na aplicação do avanço vertical a que têm direito os professores que concluem cursos que lhes dão melhor capacitação profissional.

A reivindicação vem sendo feita há meses pela classe que se mostra insatisfeita nesse particular, reconhecendo porém que o Governo José Richa tem dedicado especial atenção aos direitos dos professores. A esperança do magistério é maior exatamente porque o governo do PMDB, chefiado por José Richa, tem sido sensível aos reclamos legítimos do funcionalismo público dedicando atenção jamais destinada à classe.

Confiando no espírito justiceiro do Governador José Richa é que formulamos o presente requerimento, esperando que o Chefe do Executivo do nosso Estado envie a mensagem contendo projeto de lei que institua em caráter definitivo e a partir de outubro deste ano, a semestralidade na "elevação de nível por avanço vertical por habilitação". Milhares de professores que se sacrificam e continuam se sacrificando para lecionar e frequentar escolas de nível superior que lhes dão melhor capacitação profissional, confiam no Governador e aguardam que essa reivindicação seja concretizada pelo Governo democrático e participativo que o PMDB vem realizando no Paraná e que serve de modelo aos demais estados brasileiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a criação e instalação de um Núcleo de Manutenção do DER-

- Departamento de Estradas e Rodagem, para a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Situada em uma região onde existe grande parte de terrenos acidentados ou que apresentam diversos declives, Barbosa Ferraz possui um número enorme de estradas, notadamente as de leito natural. Esta por sua vez, dadas as condições do solo, exigem uma atenção muito especial no que diz respeito a sua conservação bem como as melhorias que se fazem necessárias. Ademais, a Administração Municipal tem enfrentado sérias dificuldades quanto a manutenção daquela vias de ligação.

Com a criação de um Núcleo de Manutenção do DER em Barbosa Ferraz, sem dúvida alguma que o mesmo virá a oferecer uma acentuada melhoria das condições de tráfego tanto naquela Municipalidade como nas demais cidades circunvizinhas.

Espera-se portanto, da Secretaria de Estado dos Transportes conjuntamente com o DER, avalie a real possibilidade de se concretizar tal reivindicação, vindo de encontro aos verdadeiros interesses da população.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Interior, no sentido de que seja analisada a possibilidade de se autorizar a perfuração de um poço artesiano no Distrito de São Luiz, pertencente a Municipalidade de Mariluz.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Francisco Inácio Leite, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Mariluz e também do Excelentíssimo Senhor Adonias José Dias, Vereador, ambos do PMDB, estes afirmam ser de fundamental importância a imediata perfuração de um poço artesiano, uma vez que tal obra virá proporcionar a melhoria acentuada das condições da água que atualmente, apenas uma pequena parte daquele Distrito possui.

A preocupação daqueles nobres Vereadores, se dá pelo fato de que a população do Distrito de São Luiz nos dias de hoje estão, em sua maioria, desprovidos de usufruírem de água potável. Ademais, o apoio da SUREHMA é uma necessidade, no sentido de oferecer as condições indispensáveis para a perfuração do poço artesiano.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a reforma parcial da Escola Estadual "Dr. Francisco G. Beltrão - Ensino de 1.º Grau", localizada no Município de Ibiaporã.

Outrossim, informamos que o levantamento e orçamento já foram executados pela EMOPAR.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Fernando Ghignone, solicitando a construção de uma cancha de esportes no Município de Florestópolis.

Atualmente, aquele município não conta com nenhuma cancha para prática de esportes em estabelecimentos de ensino. A única existente na cidade encontra-se sem condições de uso.

Trata-se de uma antiga reivindicação da comunidade de Florestópolis, dos Vereadores e do Prefeito Municipal, Márcio Francisco de Souza.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado à Secretaria da Indústria e Comércio expediente solicitando a criação de escritório da Coordenadoria de Proteção e Orientação ao Consumidor - CODEC, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os bons resultados alcançados por esse organismo em outros municípios onde já existem escritórios recomendam a instalação de um escritório em Cascavel, como inestimável órgão de apoio ao consumidor não só do local, como também de toda a região de influência de Cascavel, composta de 29 Municípios do Oeste paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a criação de um curso secundário na Escola Bernardina Schleder, no Município de União da Vitória.

Apesar do município contar com uma população superior a 45 mil habitantes, possui cursos secundários tão somente no Colégio Professora Amazília e no Distrito de São Cristóvão. Por outro lado, a Zona Sul da cidade, região onde se situam grandes indústrias, além dos novos núcleos habitacionais Bela Vista e Cidade Limeira, é a região de União da Vitória que mais se resente da falta de um curso secundário.

É portanto, antiga e justa reivindicação dos moradores do município, em particular, dos que residem na região citada.

Cremos que o atendimento de tal solicitação, além do enorme e elevado alcance social da medida vai plenamente de encontro às prioridades do atual Governo do Estado.

Neste sentido, nossa expectativa é a do mais pronto atendimento de nosso pedido, que é de todos os municípios de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do editorial do Informativo do Conselho Regional de Medicina Veterinária, de número 04, publicado em abril deste ano.

Requer, ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência à diretoria dessa entidade.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 146/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A Loteria Estadual destinará aos cofres públicos municipais, o valor correspondente a 15% sobre o volume dos bilhetes vendidos nos limites territoriais de cada município;

Art. 2º - A dedução supra referida diz respeito a todas as suas extrações;

Art. 3º - A Loteria Estadual fará o recolhimento das importâncias a que cada município terá direito pelo montante verificado em seu território, tomando como base a apresentação do bilhete e o domicílio de seu portador;

§ Único - O recolhimento previsto no artigo anterior, deverá ser efetuado em conta corrente própria junto a instituições financeiras oficiais do Estado;

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Penalizados que estão os municípios brasileiros por um sistema tributário distorcido e que atenda ao próprio princípio federativo da Nação, impõe-se medidas urgentes para salvá-los de iminente colapso financeiro.

Já existe no Congresso Nacional, em tramitação o Projeto de Lei nº 2.012/83 de autoria do Deputado Santinho Furtado, no qual procura-se melhor distribuir as participações dos jogos e loterias explorados pela Caixa Econômica Federal.

No âmbito Estadual, dentro de um Governo de Oposição do Governo Federal, as medidas em benefício ao município têm que marchar a frente de qualquer medida federal, de vez que representa o fiel cumprimento de nossas plataformas de partido e de governo, promover a emancipação dos municípios.

A situação dos municípios é emergencial e está diretamente ligada a uma política federal que por enquanto é determinada pelos remanescentes do golpe armado de 1964. Mas nem por isso nós, detentores do Poder no âmbito estadual, e pertencentes a um Partido contestador das medidas centralizadoras do Governo Federal, deveremos ficar na expectativa dos acontecimentos.

Somos Governo e temos a obrigação de dar-nos o exemplo no âmbito estadual.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores e Senhora Deputada. (Lê):

"O assunto que me traz hoje a esta tribuna, tem, no nosso Estado, gerado as mais diversas controvérsias, as quais, antes de mais nada, nascem do desconhecimento e desinformação que o envolvem. Refiro-me ao Turismo, que economicamente falando é uma grande indústria sem poluição, sem chaminés, a indústria da paz e do lazer. Sem dúvida uma riqueza de amplas possibilidades de êxito no Paraná, conhecido nacional e mundialmente pelas suas belezas naturais, verdadeiras potências geradoras de divisas, e, conseqüentemente, de progresso.

No entanto, como atividade industrial que é, exige investimentos e a ação do Homem; mas esses investimentos assumem um caráter "sui generis", pois podem proporcionar a venda ao consumidor de produtos que quase nada custam, por exemplo, a fruição de uma paisagem; por outro lado, pequenos investimentos, mercê daquilo a que se chama "multiplicador turístico", podem, em circunstâncias normais, resultar num lucro de grandes proporções.

Sendo o Turismo um fenômeno típico do nosso tempo, cuja existência já todos os povos civilizados se habituaram a sentir, não se compreende o esquecimento a que foi legado em algumas regiões do Estado; ele é, atualmente, uma força tão poderosa que a ninguém é dado ignorá-lo. Efetivamente, estou a crer que, como afirmou um eminente professor da Universidade Federal do Paraná, "mais dia menos dia, postos de parte todos os paliativos propugnados por outras regiões do conhecimento, será principalmente ao Turismo que terá de recorrer a sociedade, se economicamente quiser subsistir com dignidade".

E justamente, um local de grande potencial turístico, até ao momento inexplorado, encontra-se em Campo Mourão, município de incontestes níveis de desenvolvimento. Distanto apenas seis quilômetros do perímetro urbano daquela cidade, o lago formado pelo represamento, na Usina Mourão I, das águas dos Rios da Várzea e Sem Passo, com o objetivo de gerar energia elétrica para aquela vasta e produtiva região, não foi deixado ao total esquecimento, pois foi objeto em 1968 e 1972 dos planos de desenvolvimento municipal. Porém, nos últimos anos passou a não merecer das autoridades locais, estaduais, e de órgãos ligados ao Turismo, a necessária atenção, o que não impede a comunidade mourãoense, representada pelas suas lideranças, seja unânime em reconhecer no local um inigualável ponto de atração turística.

O aproveitamento deste potencial de atração ao lazer e ao descanso, originado em 1964 da construção da hidrelétrica com a posterior formação do lago de doze quilômetros quadrados, poder-se-ia verificar através "de um projeto de exploração racional" conforme destacou o periódico "Folha de Londrina" em sua edição de seis de maio, aproveitando-se, inclusive, a invejável estrutura hoteleira estabelecida naquela cidade.

Porém, o que se está verificando, mais em virtude do descaso e falta de iniciativa das autoridades locais, é o acelerado processo de assoreamento do enorme reservatório de quase 65 milhões de metros cúbicos; a par disso, também a pesca predatória tem acarretado gravíssimos prejuízos (haja vista o desinteresse da Copel no repovoamento de alevinos) e muito embora os fiscais

do ITC venham incansavelmente patrulhando a área para que não sejam praticadas agressões contra a natureza. Mas, se analisarmos que, somado a estes fatos, a acentuada poluição daquele recurso hídrico, originando pela mecanização das lavouras e uso inadequado dos agro-tóxicos, vem comprometendo as espécies animais e a flora que ali tem seu HABITAT, subvertendo a beleza deslumbrante da área, chegamos à conclusão inevitável que é urgente a intervenção das autoridades constituídas no local, objetivando a preservação deste recurso natural.

Neste sentido, a criação de infra-estruturas turísticas, iriam criar compreensíveis e indispensáveis serviços, que só beneficiariam a bela região, pela conservação dos atrativos já existentes e com a implantação de outros, numa afirmação definitiva da convivência pacífica entre o Turismo e Ecologia, o primeiro fator de desenvolvimento e sobrevivência econômica, e o segundo fator de sobrevivência biológica, unidos na concretização do progresso.

Muito recentemente, o Líder do PMDB na Câmara dos Vereadores de Campo Mourão, Itamar Tagliari, teve a oportunidade de apresentar um requerimento preconizando a desapropriação de uma área às margens da represa, destinada à implantação de um "camping"; também Namir Piacentini, conhecido Engenheiro e ex-vice Prefeito de Campo Mourão, pronunciando-se sobre este assunto, disse acreditar que a proximidade da BR - 487 viabilizar a construção de um restante na Usina. Assim, por intermédio da soma de todas as sugestões apresentadas, temos a absoluta convicção de que a totalidade da comunidade mourãoense é favorável à transformação da área em um grande complexo turístico, sendo, porém, unânime ao afirmar que tal idéia só se concretizará quando a Prefeitura, o Governo Estadual, através da Paranatur, e o Governo Federal por intermédio da Embratur desenvolvendo estudos no local, proporcionarem os recursos necessários à viabilização da obra.

E a minha presença, nesta tribuna, é justamente no sentido de reafirmar aquela legítima aspiração do povo mourãoense, alertando as autoridades estaduais e nacionais para as possibilidades turísticas daquela região, proporcionando a criação em Campo Mourão de um pólo de atração para o lazer, descanso e divertimento, similarmente a outras regiões do Paraná.

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Jornal "O Estado do Paraná", em sua edição de domingo, 17 de junho, publicada matéria com o título "Tecnologia de solo e cimento foi aperfeiçoada no Paraná", com entrevista do engenheiro pontagrossense, Edson Marcos Nascimento, que à frente da Coordenadoria de Construção e Reparos da Secretaria de Estado da Administração, durante o período de março de 79 a agosto de 82, empregou e desenvolveu esse tipo de tecnologia em obras de sua responsabilidade na administração estadual anterior.

Segundo o engenheiro Nascimento, foi justamente a exigência, a responsabilidade da função social de sua profissão, da engenharia civil, de buscar solução para os problemas da conjuntura atual e que afligem a

comunidade, que norteou a criação do projeto João de Barro, no Paraná, com a utilização da tecnologia de solo e cimento para unidades habitacionais através do aproveitamento de mão de obra dos próprios beneficiários, na forma de mutirão e em convênio à época, com a empresa de obras do Paraná, EMOPAR.

Destaca na referida reportagem o ex-Chefe da Coordenadoria de Construção e Reparos, que essa iniciativa veio ao encontro de inúmeras solicitações de recursos para o atendimento na forma tradicional, na forma convencional, tornava-se difícil o entendimento solicitado.

Esclarece ainda na referida matéria que a técnica de solo e cimento apesar de não ser nova, é uma das mais promissoras formas, senão a melhor segundo entende, para desenvolver um programa, não só reparos, mas principalmente de construção a baixo custo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, agora também o Banco Nacional de Habitação lança em boa hora, nacionalmente, o seu próprio projeto intitulado "João de Barro", com o propósito de possibilitar a execução de programas de casas populares, através de mutirão, envolvendo a participação da comunidade na produção desse tipo de habitação, ou seja, de baixo custo.

Porém vale lembrar, que a auto-construção de casas independentemente da intervenção governamental e de forma espontânea ainda, é prática largamente utilizada pelos segmentos mais pobres da população, como respostas às dificuldades impostas pelo crescente déficit habitacional nas áreas urbanas.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa iniciativa do Governo Federal incorporar a sua política social a auto-construção com nova proposta visando o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, é uma medida que merece ser aplaudida, uma vez que surge em um momento em que o País enfrenta uma grande recessão, acarretando com isto o desemprego e o conseqüente empobrecimento da população.

Quando o Banco Nacional de Habitação inicia a execução do projeto João de Barro a nível nacional, atendendo a recomendação do Senhor Ministro do Interior, utilizando, inclusive a mesma denominação da experiência pioneira do Paraná, e que aqui diz respeito, além do sentido social ao emprego da tecnologia de solo e cimento, vale destacar, nesta oportunidade, aquela implantação, quando em uma primeira fase contemplou cerca de 56 municípios situados nas regiões do Alto e Médio Tibagi, do Alto Ribeira, do litoral e da Região Metropolitana de Curitiba, atendendo a expressivos segmentos da população carente.

Na verdade, a experiência pioneira do Paraná levada a efetivo durante o referido período administrativo, ganha mais uma vez destaque, pois a imprensa estadual e nacional à época, deu ampla divulgação dos seus propósitos e resultados e que caracteriza como mais um exemplo brasileiro de realização inovadoras e de caráter nitidamente social adotadas no Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejamos registrar, nesta oportunidade, a visita que fez ao Município de Tijucas do Sul, o Senhor Governador do Estado.

A presença do Chefe do Executivo Paranaense nos municípios tem sido uma constante, todavia é necessário que o registro se faça não só pela visita em si, mas como também — e muito especialmente pela atenção que a administração estadual vem dispensando ao Município de Tijucas do Sul, como de resto à região sudeste, que sempre amargou senão a marginalização, pelo menos um imperdoável esquecimento.

O Governador José Richa conviveu por algumas horas com a população local, ouvindo diretamente do povo os mais variados relatos. Viu pessoalmente o Governador que o povo de Tijucas aprendeu ao longo destes últimos anos a trabalhar unido, sem contar ou sem esperar muito do Governo Estadual. Viu também que agora esse povo sente que tem companheiros na luta, com os quais pode contar e com isso fazer mais e produzir melhor: um desses companheiros é o próprio Governador. Agora o trabalho da população, liderada pelo dinâmico Prefeito José Antenor Dissenha, encontra resposta e encontra um bom aliado.

José Richa esteve em Tijucas para assistir à inauguração do Hospital Nossa Senhora das Dores, um empreendimento, como ele próprio reconheceu, muito mais da comunidade local do que do Governo do Estado, mas um empreendimento que precisa continuar, um hospital que precisa ser equipado e sempre atualizado e a isso não faltará a ajuda do Governo Estadual, através da Secretaria da Saúde.

No mesmo dia o Governador assinou a autorização para a licitação do asfalto que ligará a BR - 376 à sede do município o qual, quando estiver concluído — e sabemos que não vai demorar muito — evitará que o município fique isolado na estação das chuvas, impedido de escoar a sua produção, essencialmente agrícola. Começa assim a se tornar realidade um velho sonho, uma antiga aspiração.

Na agenda de atendimento do Governo Estadual estão ainda muitas outras obras, entre as quais a implantação de uma unidade armazenadora e de secagem de grãos, projeto que está sendo desenvolvido pela COPASA.

Existem muitos outros tipos de atendimento, a maioria não sendo extensivamente ou ostensivamente notada, mas que contribui para a melhoria de vida dos paranaenses que vivem e trabalham em Tijucas.

Graças ao dinamismo do Prefeito Antenor Dissenha e a sensibilidade do Governo José Richa, o povo de Tijucas do Sul já pode antever dias bem melhores, e isto é extremamente significativo, merecendo que fique registrado nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos me trazem e esta tribuna no dia de hoje. Primeiramente gostaria de destacar que o Tribunal de Contas do Estado, através do seu Presidente, Doutor Cândido Martins de Oliveira, e de sua equipe técnica, vem realizando nos municípios do Paraná,

orientando os vereadores no que tange ao bom exercício do Legislativo municipal no tocante à fiscalização da prática dos atos emanados do Executivo Municipal.

Recentemente, na cidade de Toledo, acompanhamos o Presidente do Tribunal de Contas e sua equipe técnica, orientando a dezenas de Vereadores que para lá foram, numa reunião de alto nível, que bem demonstra a sensibilidade deste organismo em levar, percorrendo os caminhos do Interior do Paraná, o conhecimento necessário no bom desempenho da atividade que o Vereador tem no exercício de seu mandato.

Outra razão que me traz a esta tribuna é tecer algumas considerações a respeito da taxa que é cobrada pela COPEL de iluminação pública. Em Cascavel, participamos de uma reunião supra - partidária e que portanto contava com a presença de Vereadores do nosso partido e do PMDB, para uma análise fria e realista da ação que a COPEL pratica quando estabelece uma taxa de iluminação pública e cobra, sem que esta iluminação pública seja efetivamente colocada ao alcance dos mais diversos municípios, das mais diversas cidades, do interior paranaense, cujo contribuinte para a taxa de iluminação pública sem recebê-la.

Existem loteamento onde está sendo cobrada, há muito tempo, a taxa de iluminação pública, sem ter a indispensável iluminação pública. Isto constitui, a nosso ver, um enriquecimento sem justa causa, que repugna ao direito e à Lei.

Ainda sobre a verdadeira e constitucional conceituação de taxa, constatamos por exemplo que em Cascavel a COPEL está cobrando a taxa de iluminação pública de forma a lhe garantir altos lucros, em desrespeito aos direitos dos munícipes. Pratica assim uma violação à própria Constituição do Estado. (Lê):

"Comunidade de Cascavel já está cansada de ser espoliada nos seus direitos e em suas economias por parte da COPEL.

Ilegal, ilegítima e imoral a cobrança da taxa de iluminação pública pela COPEL, que alega que contratualmente repassa tais valores à Prefeitura de Cascavel.

Temos a plena certeza que a Prefeitura Municipal, não tem ciência que os valores que lhe são repassados pela COPEL, são arrecadados e recebidos de forma exorbitante e com ilegalidade.

Porque a Prefeitura de Cascavel no contrato mantido com a COPEL não autorizou esta a receber a taxa de iluminação pública, onde não há iluminação pública. Onde não há nenhuma lâmpada em qualquer poste.

A situação é de fácil percepção. A taxa de iluminação pública não é cobrada no montante que efetivamente está se gastando para oferecê-la, mas sim é cobrada pelo número de unidades comerciais ou residenciais que circunvizinham determinado, pela cobrança de uma taxa crescente e diferenciada, a ser uma fonte não de energia, mas de rendas e lucros fáceis para a COPEL, que alega que transfere ao Município de Cascavel.

E reforçamos o nosso entendimento da ilegalidade da cobrança da taxa de iluminação pública acima do seu real custo, como está fazendo a COPEL, nas lições do conceituado mestre do Direito Constitucional, Manoel Gonçalves Ferreira Filho

in "Comentários à Constituição Brasileira", Ed. Saraiva, pág. 145 quando trata sobre taxas: "Taxas - Estas se caracterizam por importarem numa prestação. Tem, portanto, um caráter remuneratório. Destina-se a cobrir, ao menos parcialmente, o custo de um serviço prestado ou posto à disposição do particular".

Conseqüentemente e em alto respeito aos moradores de Cascavel, propomos que o Sr. Prefeito Municipal de Cascavel e a COPEL, em ação conjunta, e como forma de indenização aos munícipes cascavelenses que estão pagando pela iluminação pública, sem tê-la, em suas ruas, as providências seguintes:

a) que imediatamente seja parada a cobrança da taxa de iluminação pública, onde não existe iluminação pública.

b) que a COPEL faça um levantamento onde foram efetuadas estas cobranças ilegais, acima descritas, identificando os moradores e a eles fornecendo uma carta de crédito no valor cobrado indevidamente e atualizado, para ser aproveitado por estas pessoas junto a COPEL.

c) que a taxa de iluminação pública seja cobrada dentro do custo real do serviço, e não em valor superior, como está sendo feito, em prejuízo a toda uma comunidade.

É evidente que a administração pública deve dar o exemplo do respeito ao direito do cidadão. Protegendo-o.

Porquanto no altar do Poder Público só deve arder o fogo verdadeiro, para clarear os caminhos da legalidade e da moralidade à quem deve percorrê-los. Afastando-se, dessa maneira, o lado escuro de quem tem a obrigação de fornecer a luz".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós temos assistido recentemente, mais precisamente a partir do início do governo do PMDB e mesmo da tribuna desta Casa, às denúncias e ao processo de retaliações e acusações em que se degladiam os homens do Governo e do partido do Governo.

Lamentável quadro transparente em que a inaptidão e o desatino fazem correr danosamente as horas do povo tempo político e administrativo em nosso Estado.

Agora mesmo, no momento em que se fala de uma indesejável federalização do Porto de Paranaguá, indesejável para todos nós, eu vejo e com muita inquietação, as acusações que pairam sobre a administração daquela autarquia, acusações de mau uso do dinheiro público, procede portanto, diante disso, que manifestemos nossa expectativa de uma urgente providência do Sr. Governador José Richa, no sentido de anular qualquer suspeita de incapacidade de gestão que viesse a pesar sobre os destinos do nosso principal porto.

Nem é necessário, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, repetir que todos os paranaenses independente de partidos políticos sentem e manifestam o júbilo pelo seu porto, que desejam ver intimamente ligado a história do seu estado, no futuro como no presente, mas de uma forma digna do seu passado.

Tal aspiração comum de todos os paranaenses não pode ser comprometida, nem pela incompetência, nem pela corrupção e nem pelo jogo ardiloso dos interesses de facções políticas, por isso move-se hoje e esta tribuna o mesmo impulso paranista, independente de siglas partidárias e de interesses menores que nos deixa orgulhosos do nosso patrimônio e das grandes conquistas do povo paranaense, é o sentimento do Paraná inteiro a respeito do qual e referente ao assunto que abordo, permito-me destacar o editorial do conceituado jornal "O Estado do Paraná", publicado no dia 9 do mês passado, quando ele afirma "as insinuações e até mesmo declarações de políticos ligados ao Governo do Estado, buscando levantar uma cortina de fumaça em torno dos escândalos que foram revelados, envolvendo a Superintendência do Porto, não atingem os pedestes, estes também e abertamente contrários a federalização".

A notícia de federalização surgiu no Paraná não se sabe de que fonte, permitindo a manobra diversionista, a privatização dos recursos do porto em favor de apaniguados do seu Superintendente, sucedeu-se a notícia de que o Governo federal pretende abarcá-lo transformando-o em subsidiário da Portobrás.

O Paraná e conseqüentemente o seu porto é superavitário. No comércio exterior, o nosso Estado, por consecutivos anos, vem apresentando resultados positivos. (Lê):

"O argumento da União de que a maior parte dos investimentos no Porto de Paranaguá são feitos pelo Governo Federal não justifica a medida de federalização. Antes pelo contrário, comprova mais uma vez que aos Estados têm sido sonegados recursos, concentrados no Governo Federal tornando-os incapazes de investir para prover serviços que, por sabidos motivos, prestariam com maior eficiência.

Tivessem os Estados maiores parcelas de recursos e autonomia administrativa, e muito do que se faz mal, neste País, seguramente ganharia em eficiência e rentabilidade.

Nesta batalha contra a federalização do Porto de Paranaguá, estão unidos todos os paranaenses, Governo e particulares, peemedebistas e pedestes. "E finaliza:" É preciso sustentar que o Porto é nosso. Nem do Governo Federal nem do Senhor JOSÉ VICENTE ELIAS".

Senhor Presidente, Senhores Deputados. No momento em que vivemos a normalidade dos debates democráticos em nosso País e se promove o salutar intercâmbio dos conhecimentos e das idéias, cresce, ao mesmo tempo, a responsabilidade da classe política, que não pode continuar, impunemente, esbanjando demagogia, propagando inverdades, iludindo, mistificando.

Referentes aos palpitantes assuntos, e lamentáveis, que envolvem, atualmente, o Porto de Paranaguá, ouvi também, da tribuna desta Assembléia, afirmações do nobre Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS de que, antes do Governo Richa, o Porto era deficitário, insinuando, inclusive, que ali pudesse existir, desde então, a corrupção com que hoje se vê condecorada a sua administração.

Não aceito a linguagem dupla dos números nem a ingênua proclamação da taumaturgia do P.M.D.B. de ter feito, e, menos de um ano, o milagre de erguer no Paraná, o 2.º maior Porto do Brasil, o nosso super-porto, a nossa maior empresa, esse "pulmão de pedra", na feliz expressão de LAERTES MUNHOZ.

A história do Porto de Paranaguá, Senhores Deputados, confunde-se com a história econômica de nosso Estado e fielmente a retrata. Sua grandeza é fruto das potencialidades do Paraná, do esforço produtivo e realizador do nosso povo e da conjugação de recursos da área estatal, paraestatal e particular, que transformaram o rudimentar terminal de exportação de ouro no pujante e moderníssimo Corredor de Exportação, que hoje é".

Não me cabe, e seria desnecessário diante dos Senhores, desenrolar aqui a história de marcha ascensional do nosso grande Porto.

O Paraná inteiro sabe que, após os sucessivos ciclos do ouro, da erva-mate, da madeira e do café, o Porto de Paranaguá atingiu sua grande fase de impulso e desenvolvimento, da década de 70, com o ciclo da diversificação e industrialização, justamente quando, graças ao empenho do então Governador Paulo Pimentel, foi incluído no Programa dos Corredores de Exportação, do Ministério dos Transportes. A partir daí, a concentração maciça de recursos necessários, o apoio decisivo, permitiram que o Porto de Paranaguá implantasse modernos equipamentos de cargas e descargas e uma infra-estrutura de serviços que, sem dúvida, fizeram-no igualar e concorrer com as apresentadas pelos conceituados portos do mundo.

E para que não sejam somente minhas as palavras, eu trago, vejam o paradoxo, Srs. Deputados, eu trago a publicação do SIE de informações, que estão em meu poder, para quem quiser verificar, da Secretaria dos Transportes do Governo do PMDB, datada de março deste ano de 84, que diz textualmente:

"Valeu o esforço conjugado dos Governos Federal e Estadual e da iniciativa privada, substituindo a carinhosa lembrança do passado em sofisticados equipamentos de embarque e desembarque, principalmente após a inclusão de Paranaguá nos programas dos corredores de exportação. Tudo isto será registrado na História econômica brasileira, que é também a História do Porto de Paranaguá."

Onde, onde, as acusações que se fizeram ao Governo pedestista aqui, relativas ao Porto de Paranaguá?

O Porto de Paranaguá, Srs. Deputados é uma sucessão de quebra de recordes, permito-me reinvocar dados oficiais que eu tenho em mãos para exibir, em 1975 o Porto de Paranaguá já apresentou 20% da receita cambial brasileira, em 1979 o Porto de Paranaguá já era na exportação o 1.º Porto do Brasil em 1981, portanto dentro do Governo pedestista o Porto de Paranaguá apresentou a maior arrecadação cambial da nossa História até os dias de hoje, isso, lamentavelmente foi omitido pelo Deputado Adhail Sprenger Passos.

Porto eminentemente exportador, sua movimentação de mercadoria foi gradativamente crescendo até chegar a 10 milhões e 22 mil toneladas em 1981, havendo um pequeno decréscimo em 1982 em função da quebra de safra e das condições desfavoráveis do mercado externo.

Mas, nem assim, houve o proclamação de déficit de 500 milhões de cruzeiros denunciado nesta Casa pelo Deputado do PMDB, nem assim, e eu tenho comigo dados contábeis que são irrefutáveis indelmentáveis.

E o que se falou aqui, falou-se por ouvir de oitiva, que eu falo baseado em balanço que está em meu poder. Onde os 500 milhões? Os 500 milhões de déficit?

E, 1983, o festejado recorde de movimentação de mercadoria 11 milhões de toneladas, prevista face

à excelência da safra agrícola que se avizinhava, já apresentava um acréscimo da ordem de 40% nos três primeiros meses do ano de 83, neste ano, não obstante, nesta, agora de 1984, prevê-se uma queda de 11 a 12%, exatamente em função da quebra de safra, da falta de comercialização dos principais produtos, soja, farelo e óleos, agora por causa disso, nós vamos culpar o Governador José Richa como maldosamente quiseram culpar aqui o Governo pedessista pela quebra de exportação em 82! Exportação é regulada pelo mercado internacional, não é pela vontade de José Richa, Ney Braga, Hosken de Novaes, de Adhail Sprenger Passos ou de Erondy Silvério, é comércio internacional, Srs. Deputados, essa é a grande verdade!

Eu faço, Sr. Presidente e Srs. Deputados estas declarações porque eu estou cansado de ouvir dos Srs. Deputados do PMDB, na falta de melhor assunto, chegar lá: "No Governo do PDS, no Governo do PDS, não sei o que do PDS" e não apresentam nada! Eu estou apresentando números que eu quero que sejam refutados, desafio a Bancada do PMDB a refutar esses dados!

Não se deve mentir ao povo, não se deve fazer demagogia e eu faço essas explanações para dar a necessária visão ao entendimento do conjunto histórico sem ater-me apenas a um dado e apenas a um número. Uma interpretação distorcida e amputada da verdade. Este verdadeiro suporte da economia paranaense e brasileira, não é obra de um homem só, muito menos de um ano só, e muito menos de um único Governo, seja de PMDB, seja de PDS, de Arena, ou seja o que for. Monumento de trabalho, de força e de esperança. É uma obra monumental, erguida ao longo destes últimos anos, e que orgulha o meu partido, porque fomos nós que implantamos o corredor de exportação: quatro portos no Brasil, Paranaguá é um deles.

Nós temos orgulho do Porto de Paranaguá, e eu quero deixar aqui que não fala o Erondy, que fale novamente o "dossier" de informações de março deste ano, da Secretaria dos Transportes do atual Governo: "O Porto de Paranaguá se constitui atualmente numa das peças mais importantes dentro do esquema nacional dos corredores de exportação". Contribuem para isso — "vejam bem Srs. Deputados, não é o Deputado do PDS que está dizendo, é a Secretaria dos Transportes do Governo do PMDB que diz "Contribui para isso sua excelente infra-estrutura e as condições de recebimento e embarque de cargas, sendo reconhecido como um dos portos mais bem organizados do Brasil".

"É dentro desse quadro que hoje se faz necessário exportar um contingente cada vez maior de carga, a custos reduzidos, com eficiência, rapidez e segurança". Quem disse isso foi o PMDB.

No entanto, vem um Deputado do PMDB aqui jogar alguma coisa no ventilador. Ora, o que é isso!

Srs. Deputados, os fatos que aqui relato, além de constituírem eventos de domínio público, estão comprovados documentalmente.

Eu devo ainda acrescentar, porque julgo muito importante recompor a verdade. Ao contrário do que afirmou nesta Casa o nobre Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, do decantado "déficit" de 500 milhões. Então, é necessário recompor a verdade que a posição financeira do Porto, em 31 de março de 1983, quando assumiu o atual Governo — fato

comprovado pelo balanço contábil do Porto — é insistentemente traduzida ao conhecimento da opinião pública de forma desfigurada.

Vejam bem Srs. Deputados: a receita de janeiro a março de 1983, 1 bilhão, 643 milhões; a despesa de janeiro a março, 1 bilhão, 850 milhões. Então, há um déficit de 215 milhões de cruzeiros.

Mas, espera um pouco, vejam que, maliciosamente, foi escondido. foi sonogado ao público e talvez até ao nobre Deputado. Adhail Sprenger Passos, que existiam cauções, que é o adiantamento da receita, em função de serviços realizados, já prestados e ainda não faturados a 31 de março, mas que se constituem em recurso disponível, depositado em Banco, na conta caução, e que é normalmente movimentada, 468 milhões de cruzeiros; recursos disponíveis em banco, a 31 de março de 83, 79 milhões de cruzeiros, menos o déficit do primeiro trimestre, entre receita e despesa do porto, de 215 milhões, foi entregue ao novo Superintendente, pelo Governo do PDS, 326 milhões de cruzeiros em caixa.

Como é que pode um Deputado vir aqui, enganar o povo do Paraná e dizer que tinha 500 milhões de déficit?

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ao contrário do que têm apregado os profetas da salvação, o Porto de Paranaguá não era deficitário quando assumiu o atual Governo. Mas, hoje, o Porto já está apresentando um déficit operacional da ordem de um bilhão de cruzeiros, também tenho dados em mãos, basta comprovar. Mas isto não interessa ao homens do Governo comprovar, muito menos proclamar e digo mais, um déficit que, lamentavelmente, tende a agravar-se, mesmo havendo a atual administração iniciado uma elevação tarifária da ordem de 70%, a partir de abril de 1983, fato que teria substancial participação na elevação da receita portuária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu julgo desnecessário prosseguir no longo e penoso caminho onde se comprometem os homens do Governo e do Partido do Governo, a estadear façanhas quixotescas e a desdenhar do que é correto, justo e verdadeiro.

Por outro lado, desejo, também resgatar a razão original de meu pronunciamento nesta tribuna. E faço-o, renovando o brado uníssomo de todos os homens de responsabilidade do nosso Estado, contrário, à federalização do Porto de Paranaguá.

É o mesmo sentimento paranista que há pouco tempo, tão bem foi interpretado na campanha — PARANÁ; Energia Custo Zero —, da inspiração do ilustre paranaense Dr. Francisco da Cunha Pereira, propaganda nas colunas do prestigioso jornal "Gazeta do Povo", e que incluía Paranaguá entre as cinco unidades — POLO DO ESTADO, que por razões justificadas deviam receber energia a custo ZERO, como incentivo à sua industrialização. Era a ocasião em que o Porto de Paranaguá rompia o binômio "PORTO NAVIO" e adentrava no trinômio da moderna equação "Indústria-Porto-Navio".

Essa é a palavra e essa deve ser a postura não só da classe política, como dos empresários e do todo o povo do Paraná, opondo-se a qualquer prestensão lesiva aos interesses da economia paranaense. A esse respeito, inclusive, já se manifestarem os dirigentes classistas do Paraná, expondo o entendimento, também nosso, segundo palavras do Dr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Presidente da Associação Comercial do Estado do Paraná, que diz, a centralização dos serviços públicos vem sempre em prejuízo dos administrados, que encontram toda a sorte de dificuldades no relacionamento com o poder central. É hora de descentralizar a administração e tornar real a federação brasileira, até agora extremamente dependente do Poder Central.

Senhor Presidente, Senhores Deputados — cabe a nós paranaenses de todos os partidos, de todas as origens, o empenho de manter esse porto como objeto de nosso orgulho, de cada paranaense que produz, que comercia e que não recusa a valiosa contribuição de sua inteligência e de seus músculos ao inarredável compromisso com o progresso de seu Estado e da Nação". Muito obrigado.

Concedo a palavra com todo prazer, ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Eu quero, em primeiro lugar, Deputado Deputado Erondy Silvério, me parabenizar com Vossa Excelência que dá o exemplo inequívoco do bom Parlamentar, do Parlamentar que instruiu o seu próprio conceito no exercício sadio e enérgico, na sua função nessa tribuna. Vossa Excelência demonstra até agora, que foi o líder diligente do Governo Ney Braga, quando traz aqui informações muito precisas e respeito dessa empresa que orgulha o Paraná e que se refere, justamente, ao Porto de Paranaguá.

E Vossa Excelência mais uma vez nos ensina que nesta Casa nós precisamos tudo fazer para evitar que sempre a emoção se sobreponha à razão. Que a emoção seja sempre, e exclusivamente, a forma de energia que leva à manifestação parlamentar por parte dos Srs. Deputados.

Vossa Excelência muito bem coloca a sentença de que a sua sua fala não se prende a determinado período político, mas a sua fala tem, acima de tudo, o sentido da profundidade que cobre todo um processo, ou pelo menos procura cobrir todo um processo de desenvolvimento do povo do Paraná.

E coloca muito bem quando faz a referência histórica de profundo significado, da inclusão do Porto de Paranaguá na política do Governo Federal, nos corredores de exportação na década de 70, por iniciativa do ex-Governador Paulo Pimentel. E mostra, também, esse binômio que caracteriza fundamentalmente o progresso econômico da nossa terra e da nossa gente representado de um lado pelo Porto de Paranaguá como corredor de exportação. Por um outro lado, os campos produtivos do Norte, Noroeste, Sudoeste e Oeste do Estado que através de uma nova tecnologia, recebida devidamente as atenções por parte dos Governos anteriores, cresceu e se destacou não apenas a nível nacional mas a nível internacional e mostra quanto débil é a colocação emocional que se prende a um determinado instante, fazendo com que o imediatismo procure se sobrepor a todo um conteúdo histórico, a toda uma vivência de povos e de governos, quando mostrar que, sem dúvida nenhuma, o desempenho gerencial que se vê hoje no Porto de Paranaguá não tem absolutamente nada que possa ser confundido com desempenho e porque o estágio em que nos encontramos com relação ao nosso Porto, canalizando as riquezas deste Estado, a construção da riqueza nacional é, sem dúvida alguma, o equilíbrio entre as atenções dos Governos anteriores e o desempenho dos dirigentes daquela entidade ao longo desses anos, o que não poderia ser possível admitir-se que uma empresa de tamanha envergadura e de grande importância à economia nacional possa ser alvo, durante um determinado instante, de sofrer profundas alterações negando toda a sua antecedência histórica.

Eu me parabeno com Vossa Excelência e me congratulo, por ver no seu desempenho, não apenas o testemunho do líder de ontem, mas do líder de sempre, do homem público que coloca em primeiro lugar o interesse da coletividade e não o enfoque dado a posições partidárias, facciosas e que não se coadunam com o desejo da nossa gente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço muito Vossa

Excelência e o aparte que Vossa Excelência dá ao nosso pronunciamento, realmente o enriquece, porque é elucidativo e

reforça mais uma vez a posição da nossa Bancada nessa Casa em favor do Paraná, sem olhar siglas partidárias, mas tendo em vista tão somente os interesses de nossa gente.

Se viemos à tribuna, é porque não poderíamos calar diante das absurdas afirmações que se fizeram nesta Casa com relação à situação financeira do Porto de Paranaguá em 31 de março de 1983.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O brilhante e exaustivo trabalho do Deputado Erondy Silvério, não provocou por parte desse Deputado, apartes, já que sou o Deputado de Paranaguá por cinco Legislaturas, em função de eu abordar assunto semelhante no Horário da Liderança.

Cumprimento o eloquente Deputado Erondy Silvério, por um pronunciamento que não recebeu contestações de que teria motivado o Deputado Erondy Silvério a vir a essa tribuna, evidentemente porque aquele Deputado que fez aquelas denúncias, só viu um lado da medalha, deixou de considerar o outro, portanto, fez um discurso que o Deputado Erondy Silvério afirma e eu solidarizo-me, tendencioso e faccioso.

Traz-me à tribuna, nesta oportunidade em que o Deputado Luiz Alberto me concedeu 15 minutos no Horário da Liderança, para fazer considerações sobre o discurso feito pelo Vereador, líder da nossa Bancada em Paranaguá, Vereador Antonio Carlos Correia, muito bem feito, bem postado, com bastante conteúdo, que fala, que versa sobre a federalização do Porto de Paranaguá e que vem provocando em Parangauá, contestação de todas lideranças políticas, das associações de classe, como também, aqui do Planalto, da Associação Comercial e de outros órgãos que representam e que defendem os interesses daqueles que jamais haveriam de querer a federalização que são os usuários do Porto de Paranaguá.

Eu me permito Sr. Presidente ler o discurso do Vereador Antônio Carlos Correia e pedir que, ato contínuo, seja contado nos Anais da nossa Casa, porque ele, realmente, é uma peça fundamental como os srs. haverão de apreciar se tiverem oportunidade de ouvir o discurso que eu vou ler, daquele Vereador.

(Lê): "Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

A ameaça está feita, formalmente. O Ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, afirmou que o Governo Federal pretende encampar o Porto de Paranaguá, derogando a concessão, cujo prazo final está previsto para 1992.

Já não podemos mais ficar no silêncio, pois não se trata de um simples boato ou de uma notícia infundada veiculada na imprensa. A pessoa que exerce a função principal na estrutura, o homem que comanda a política de transportes da União, assegura, sem rodeios, que o Governo Federal quer e vai encampar o nosso Porto.

É hora de reagirmos, antes que o ato atinja a consumação e que o fato se torne irreversível. Paranaguá, mais que todos, como sede e berço desse Porto que desperta a cobiça da União, precisa e tem que sair na

frente. A nossa defesa tem que ser feita, em primeiro lugar, por nós mesmos. O Porto é de Paranaguá e a sua contribuição para o País vem crescendo a cada ano, dentro da forma como tem sido administrado, através do Governo Estadual. Os milhões de dólares resultantes das exportações pelo nosso Porto vêm sendo auferidas pela União sem um único e qualquer problema. A produção do Paraná é colhida, transportada para o porto e daqui vai para o exterior, trazendo benefícios diretos para a Nação como um todo, não apenas para nós, paranaenses. Diga-se, a bem da verdade, que, pelo muito que contribuimos para a Nação, pouco recebemos de volta. O Paraná é um Estado que se imola, se auto-sacrifica, produzindo e exportando em benefício do País. Mas o Governo que gere os destinos do País, não retribui ao Paraná com a mesma intensidade.

Onde, pois, as razões que autorizam o Governo Federal a caminhar para a encampação?

Sabe-se que em países como a Holanda e os Estados Unidos, os portos, em sua maioria, são administrados pela iniciativa privada, com alto grau de eficiência.

No Brasil, o porto de Santos, o maior da Nação, até bem pouco tempo foi administrado pela Cia. Docas, uma empresa privada pertencente ao grupo Guinle. E foi através da administração da Cia. Docas que o porto cresceu, desde o começo do século, para transformar-se nos tempos de hoje, no maior do País.

Logo, o que se conclui é que o gigantismo de uma empresa com administração centralizada, como é o caso da PORTOBRÁS, desaconselha a absorção, em seu organograma, de mais um porto, logo um dos portos mais eficientes e produtivos existentes no Brasil.

Não chegamos ao ponto de pedir a privatização, porém entendemos que se o porto apresenta resultados positivos para a economia nacional, é de se manter a sua estrutura de administração, tal como está.

Um programa portuário nacional pode ser executado pela PORTOBRÁS sem que, necessariamente, essa empresa estatal tenha que assumir a administração direta de todos os portos. Sua missão principal deveria ser a de orientar o Governo Federal na seleção de prioridades e na dosagem de investimentos e aplicações segundo a contribuição de cada porto para a economia do País.

Não pode, a PORTOBRÁS, pretender tornar-se um órgão gigante, tão só pela ambição da sua cúpula em rivalizar com as outras grandes empresas do Governo Federal que atuam em outros ramos, como, por exemplo, a PETROBRÁS.

A administração do Porto, sediada no Paraná, facilita e dá agilidade às decisões. E, a par disso, tem, como dissemos, apresentado resultados positivos para o País. Os usuários, se convidados a emitir opinião, sem dúvida que dirão preferir que as coisas continuem assim, pois não há como negar as evidências.

O Porto, pois, é nosso. Mas não por uma paixão bairrista ou por qualquer interesse subalterno. O Porto é nosso porque os paranaenses o construíram, na longínqua década de 30. É nosso, porque os paranaenses que o construíram, o fizeram um órgão eficiente. Porque temos competência e capacidade para administrá-lo e carrear, para o Tesouro Nacional, cada vez mais milhões e milhões de dólares. Porque a centralização administrativa e o gigantismo pretendido pela PORTOBRÁS nenhum benefício ou melhoria poderão trazer à gestão dos negócios do Porto. Porque, se pretendemos crescer como Nação democrática, é indispensável conciliar o nosso sonho com algumas realidades práticas, como, por exemplo,

a descentralização administrativa e, quando possível, até mesmo a privatização de empresas estatais ineficientes.

É hora de abertura política, mas a triste realidade é que algumas cabeças que integram o Governo Federal não querem pensar em abertura na administração, compatibilizando um fato com o outro. Sem a redução do crescimento desmesurado da intervenção do Governo Federal na economia, não obterá sucesso a política adotada pelo Presidente Figueiredo no campo institucional. Na verdade, basta de monopólios, pois nos setores essenciais para a vida do País já está a hegemonia da União.

Não é justo para o Paraná que se concretize mais essa perda. Não é bom para o País que a PORTOBRÁS assuma todos os portos e os administre por controle remoto, de Brasília. Não é conveniente mudar aquilo que funciona a contento e que propicia resultados para o País.

Por tudo isso, o Porto é nosso. Por tudo isso temos que rechaçar o ambicioso propósito anunciado pelo Ministro Cloraldino Severo.

Somos, portanto, contra a encampação do Porto pelo Governo Federal. Esta é a palavra e a posição de um Vereador que, eleito pelo povo de Paranaguá, integra a bancada do PDS, o mesmo Partido que, ontem, também administrou com eficiência o Porto de Paranaguá.

Requeiro, pois, Senhor Presidente, que cópias deste pronunciamento sejam enviadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Ministro dos Transportes, a todos os Deputados Federais do Paraná, a todos os Senadores paranaenses, ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário dos Transportes do Paraná".

Paranaguá, em sessão de 14 de junho de 1984.

(a) ANTONIO CARLOS A. CORRÊA
Vereador"

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu em contato telefônico com esse Vereador, entendi ser extremamente necessário que eu lesse esse discurso, muito bem fundamentado e de autoria desse nobre Edil, e por entender que a razão está com ele, eu me associo integralmente às palavras profundas, através desse discurso.

Sou totalmente contra a encampação, porque nós temos que agir de comum acordo com quem movimenta aquele porto. Quem movimenta são os usuários e eles unisonamente são contra a encampação. São eles que levam os milhões, as milhões de toneladas ao Porto, para que se movimente, cada vez mais, e com mais gigantismo.

Portanto, a palavra mais abalizada entendo eu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é dos usuários. Se eles são contra, nós somos também.

E eu entendo que os Srs. Deputados, alguns do PMDB insinuaram, que nós do PDS queríamos a encampação do Porto para pormos lá homens de nossa confiança. E eu que não comungo com o Governo Federal na sua política, tenho uma grande preocupação — se o Porto encampado fosse, a grande preocupação que eu, Deputado de Paranaguá teria, é que nós não teríamos vez de indicar os homens que iriam administrar o Porto de Paranaguá. Viriam Coronéis, Generais aposentados, quem sabe um Almirante reformado, para gerir o Porto de Paranaguá, o que nós jamais poderíamos conceber e admitir.

Portanto, eu não troco o certo pelo duvidoso. O Porto vai bem, graças a Deus, e continuemos com o Porto de Paranaguá como ele está sem a encampação.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência a oportunidade deste aparte, porque assim eu quero me associar, e acredito que todos os meus companheiros de bancada também se associem a essa manifestação do ilustre representante do povo de Paranaguá na Câmara de Municipal daquela cidade, e que Vossa Excelência, em tão boa hora, entendeu de reproduzi-la aqui neste Plenário.

É bom que se deixe bem claro o sentido que a gente de Parangauá tem, e que é a expressão verdadeira do que pensa o povo paranaense em torno do Porto de Paranaguá, entendido como fruto, como consequência do trabalho e do progresso do nosso Estado. Esse orgulho que Vossa Excelência destacou dos paranaenses com relação a nossa empresa portuária, e essa defesa intransigente do que é nosso não é apenas uma questão de bairrismo, nem o aspecto pitoresco, ou que a própria natureza oferece com relação ao terminal marítimo, mas, acima de tudo, é um símbolo do esforço e do trabalho do povo paranaense ao longo de muitas gerações.

Eu não posso acreditar, Deputado, que existam alguém, independentemente de sigla partidária, disposta, hoje, a fazer mal ao Estado do Paraná por qualquer questão de ordem partidária, ou ideológica, por questões de ordem governamental ou política, fazendo com que a nossa empresa portuária tenha o seu processo de encampação consideravelmente acelerado. Se não é possível, não pode ser bom paranaense que assim pense e que assim age. Quanto a essa tendência do Governo Federal, através do modelo governamental vigente, isto é, a tendência centralizadora excessiva do Governo, quer dizer, não há mais fôlego, Deputado, ninguém pode mais suportar esse centralismo exagerado do Governo que tem muito a ver com o desequilíbrio econômico, social e político que estamos agora vivendo. Não é mais possível que o nosso planejamento governamental seja fruto do trabalho do empenho de alguns. É preciso que a sociedade brasileira, efetivamente, se manifeste na elaboração dos nossos planos de Governo, como é costumeiro fazer-se nas nações desenvolvidas, onde o planejamento governamental não é apanágio do governo necessariamente, mas pertence ao povo como um todo.

Quero a Deus que este modelo de planejamento governamental seja revisto agora, preferentemente em clima de ordem e de paz, mas que seja revisto. Não é justo o Estado como um todo, um Estado politicamente organizado errar, estabelecer prioridades e continuar errando. O Estado não paga fatura, Deputado, quem paga a fatura é a sociedade civil. Neste caso da encampação dita do Porto de Paranaguá, que eu não quero crer, em que pesem as referências do Senhor Ministro, eu até prefiro entender que a questão do Porto de Paranaguá é muito mais em razão dos desajustes que estão ocorrendo hoje em relação à empresa e no relacionamento dela, empresa, com o Governo do Estado do Paraná, do que propriamente este interesse acelerado do Governo Federal

em encampá-lo total e definitivamente.

Saibam os homens do Paraná, de qualquer sigla partidária, saibam os homens não detentores do mandato político, empresários, profissionais liberais, que é preciso que em nome da nossa dignidade, da unidade federativa a qual pertencemos, fechamos terminantemente questão em torno dessa pretensão, se é que existe, de alguém nos tomar aquilo que é nosso.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NELSON BUFFARA - Deputado Odeni

Mongruel, ser aparteado por Vossa Excelência é um privilégio. Vossa Excelência, com grande capacidade, abre novos horizontes ao Deputado que está na tribuna e municia-me para que eu possa continuar na minha esplanada.

O Deputado Luiz Alberto Oliveira, nosso eminente líder, já se pronunciou oportunamente em função de insinuações feitas por políticos ligados ao Governo atual no Paraná, de que nós teríamos intenções, teríamos vontade que o Porto fosse encampado para que pusessemos alguém de nossa confiança. O Deputado contestou veementemente o nosso eminente líder, que jamais tinha partido de nossa bancada qualquer manifestação, qualquer solicitação ao Ministério dos Transportes solicitando sua encampação.

Portanto, caracterizado está, enfatizou bem o Deputado Luiz Alberto, que não foi iniciativa nossa. E eu, como parnanguara, como Deputado consagrado em cinco Legislaturas, pelo povo de Paranaguá, não poderia deixar de estar solidário, cem por cento com o Vereador que fez este discurso, muito bem feito. E dizer aqui, como já disse em outras ocasiões, que a federalização não nos interessa. Somos paranistas. E aqui vai o depoimento de um parnanguara, de primeira linha que, sobretudo, ama sua cidade, acima de tudo interessa-se pelo progresso daquele município.

Como disse o Vereador que fez este discurso, que já li ao Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Porto de Paranaguá, foi construído por nós, paranaenses, na década de trinta. Com sacrifício, com estoicismo do povo do Paraná. Não é justo que nesta hora difícil o Porto seja federalizado. E disse bem o Deputado Odeni Mongruel, se isto ocorrer, talvez em função de desacertos do Governo atual, do Governo Paranaense, de problemas que pertencem à sua bancada; à bancada do PMDB, que provocou um sem número de denúncias. Talvez isto venha a agilizar, muito embora nós, mesmo assim, não queiramos que isto ocorra, que isto aconteça. Porque não queremos que um problema restrito à bancada do PMDB nos traga benefícios, como da encampação. Porque isto não é benefício. É, isto sim, amargura que iremos sofrer no futuro, sem condições de retroagirmos, porque o mal já estaria feito.

O Deputado Erondy Silvério lembrou muito bem em seu discurso que deve-se ao grande ex-Governador Paulo Pimentel o fato de o Porto de Paranaguá ter sido incluído no corredor de exportação. Portanto, não entendo porque pesa em nosso partido, nos Governos do PDS que antecederam o atual, críticas injustificadas. Disse que o fato de não ter sido contestado pelo menos no momento, o discurso do Deputado Erondy

Silvério, é uma prova inequívoca de que o Deputado Erondy Silvério falou com razão, com conhecimento de causa.

E eu, que fui Governo de 1980 a 1982, portanto, nos dois anos do final do Governo Ney Braga, participei, privei da amizade dos diretores da administração dos portos dos últimos dois anos e posso assegurar que deslize não houve. Comprometimento algum. O que disse bem o Deputado Erondy Silvério é que a exportação não nos compete. Não somos nós, Deputados, que vamos querer que o Porto exporte mais ou menos. É o mercado internacional. É a demanda. É a lei da oferta e da procura. O mercado europeu importando mais ou menos soja, café, etc.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço seu aparte. Não tendo ouvido a totalidade do seu pronunciamento, mas por conhecer a sua posição de tribuna e de Parlamentar, me parabeno com Vossa Excelência pela defesa intransigente que faz da tribuna desta Casa, em defesa do Porto de Paranaguá. Vossa Excelência destaca fatos de suma importância para o conhecimento nosso, de outro extremo do Estado, e da comunidade paranaense. O Porto de Paranaguá foi construído pelo trabalho, pela coragem, pelo esforço dos paranaenses e representa hoje uma conquista dos paranaenses e um orgulho de todos nós, possuímos um porto nas condições do Porto de Paranaguá.

Esta sua postura, Deputado Nelson Buffara e a postura de muitos Parlamentares do PDS, a postura de muitos parlamentares do PMDB, da população paranaense e da imprensa paranaense, em defesa do Porto de Paranaguá, é sem dúvida alguma, a postura que nós todos, paranaenses, deveríamos ter e até acredito que a nossa imprensa que reproduz a voz de tantos quantos clamam pela continuidade do Porto de Paranaguá com o Paraná, deveria dar mais ênfase a essa luta dos paranaenses para continuar com o Porto de Paranaguá.

Permita-me Deputado Nelson, unicamente discordar de um ponto na colocação, de que talvez pelas divergências havidas no Porto de Paranaguá, esteja se procurando a federalização e gostaria de pedir a confirmação de Vossa Excelência, que por certo acompanha mais de amíde, mais de perto os problemas do litoral paranaense, porque eu ouvi e li pela imprensa que o Governo Federal procura criar as docas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e isso foge então ao problema paranaense, se fosse exclusivamente pelo fato Paraná, pelo atrito gerado no Porto de Paranaguá, não se estaria nesse instante pensando na federalização além do Paraná, de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Mas feita essa ressalva, para que nós não venhamos nesse episódio jogar em companheiros de partido divergentes, acusações quanto ao porque da medida, mas venhamos a formar força todos juntos com a comunidade paranaense, com a imprensa do Paraná, com os órgãos representativos desse Estado na defesa do Porto de Paranaguá que acima de tudo é o orgulho para o Paraná e para os paranaenses.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, tenha a certeza que nos sensibiliza e tenha a certeza que embora pertencente a uma outra região do Estado, nós

gostaríamos, lá do Sudoeste, de continuar exportando produtos que lá produzimos pelo Porto de Paranaguá sabendo que ele é um porto do nosso querido Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA - Deputado Caíto Quintana,

Vossa Excelência sabe perfeitamente da grande simpatia que eu nutro por Vossa Excelência, tenho o privilégio de privar de sua amizade.

Disse bem Vossa Excelência. Vossa Excelência vem de outras regiões vem do Sudoeste, representa com muita dignidade aquela região e eu o felicito por preocupar-se com um assunto que não é meu, porque eu sou Deputado por Paranaguá é nosso, é eminentemente paranaense e nós todos deveremos nos conscientizar de que se não houver um trabalho amplo de ambas as bancadas, este mal poderia ocorrer.

Vossa Excelência discordou quando eu corroborei com palavras do eminente Deputado Odeni Mongruel, de que talvez o Ministério dos Transportes, através da PORTOBRÁS que é subordinado ao Ministério dos Transportes, mas realmente eles têm interesse em federalizar três Portos Rio Grande- Rio Grande do Sul, São Francisco- Santa Catarina e Paranaguá em nosso Estado e é evidente que todos os últimos acontecimentos fazem com que nós possamos na nossa criatividade, na nossa imaginação fértil de político, todo político tem imaginação muito fértil, de que quem sabe a Portobrás possa servir-se desse escudo como uma justificativa dos problemas gerados com a crise que vive o Porto de Paranaguá no atual momento, para federalizá-lo a concessão vai até 1991, como sabe o eminente Deputado Caíto Quintana eles antecipariam e obstruiriam dentro de um aspecto legal e absorveriam o Porto de Paranaguá, o de São Francisco e do Rio Grande no Rio Grande do Sul. E é por isso, por nós temermos que isso aconteça, é que estamos aqui dando o discurso desse Vereador, discurso felicíssimo e consubstanciado em dados eminentemente técnicos, e em verdades incontestáveis. Dizendo que este é o nosso pensamento e de toda a nossa Bancada, se assim permitir o Deputado Luiz Alberto Oliveira, que já manifestou-se a respeito do assunto, dizendo que é o pensamento da Bancada do PDS, para que não pairasse qualquer dúvida, que nós haveríamos de querer, quem sabe, nos beneficiar; mas seria uma grande dúvida atroz. E mesmo com nosso benefício, nós poderíamos indicar os nossos Diretores, eu deixaria de lado essa pretensão. Continue como está, mesmo que seja para beneficiar-lhe politicamente. Porque antes de mais nada, o povo de Paranaguá, jamais me perdoaria, Deputado Caíto Quintana, se eu assim procedesse, se assim não agisse. Eu que tenho nove mandatos consecutivos: quatro municipais e cinco estaduais; eu teria que mudar-me de Paranaguá, se eu estivesse aqui para opinar contrariamente.

Então eu quero dizer a Vossa Excelência, que a divergência que Vossa Excelência tem deste Deputado que vos fala neste momento, é apenas uma questão de colocação. Por que? Eu não sei se esta é a intenção da Portobrás; quem sabe seja... Eu estou insinuando, porque acho que o Deputado que me apartou, disse com alguma observação, algum "feeling", alguma sensibilidade que pudesse nos levar até esse ponto que é o que

nós não queremos.

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado Nelson Buffara realmente está de parabéns a Bancada do PDS; assim como a Bancada do PMDB, em que abraça essa causa da não federalização do Porto de Paranaguá, que é uma causa justa e acima de tudo, paranista. E eu acredito que não é o episódio das denúncias que estão havendo em torno da administração atual do Porto de Paranaguá que está fazendo com que o Governo Federal aproveite ou não aproveite dessa oportunidade para federalizá-lo, porque o Porto de Paranaguá, que até 82 foi deficitário, até aquele momento o Governo Federal não pensava em federalizá-lo que foi deficitário em 82, com 400 milhões de cruzeiros. Em 83, ele já deu lucro, deu 3 bilhões de lucro. E agora nesses primeiros meses de 1984, Paranaguá, já rendeu, já deu "superavit" de 4 bilhões de cruzeiros e isto apenas nesses primeiros meses. Eu acho que o Paraná deve se unir e não perder essa riqueza. Tenho certeza que os gaúchos se unirão e não perderão o Porto do Rio Grande do Sul. Porque a gente sabe da garra e do dinamismo do pessoal gaúcho, principalmente quando envolve uma questão regional como essa do porto.

Eu acho que nós deveríamos somar forças nessa oportunidade e levar mais alto o nome do Estado do Paraná. E dizer ao Governo Federal, se ele quer federalizar alguma coisa, que federalize as universidades federais, que é de lei, é da própria Constituição. O ensino de terceiro grau é obrigação do Governo Federal. No entanto, nisso eles se omitem, porque não dá lucro. Agora o Porto de Paranaguá, porque está dando lucro, ele quer abocanhar. Agora tenho certeza que se caísse nas mãos do Governo Federal, o Porto de Paranaguá em poucos meses estaria dando prejuízos. Portanto, nobre Deputado, eu acho que esta Assembléia Legislativa nesta oportunidade, está de parabéns. E o povo do Paraná, neste momento, eu acho que sente orgulho de ter representantes dessa natureza que está encapando esta bandeira que é paranista e estamos de parabéns, nós também parlamentares que estamos mostrando despreendimento e esta visão clara do que é bom e do que não é bom para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica-lhe ao orador que seu tempo está esgotado. Concede-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. NELSON BUFFARA - Deputado Sérgio Spada, agradeço o seu aparte. Vossa Excelência fez apenas algumas colocações, e quero neste minuto que o Presidente me deu, tentar expor a minha versão.

Vossa Excelência, fala de lucros e prejuízos. Deputado, toda empresa estatal, toda companhia de economia mista gera resultados que leva a movimentos, é a receita e a despesas. O ano que o porto de Paranaguá deu esse lucro fabuloso, esse lucro ciclópico, gigantesco, foi em função da movimentação gigantesca do Porto de Paranaguá, ocasião em que os navios eram 14 ou 15 navios ao largo, sem praça para acostar. Portanto o que gerou este movimento, esse grande resultado, foi o movimento à custa do sacrifício de milhares, de milhões de paranaenses que estão lá na sua região, plantando e semeando soja e café, para exportar riquezas incomensuráveis pelo nosso Porto.

O Sr. Erondy Silvério - Permite, nobre Deputado, só um segundo. Só um segundo para estranhar a declaração do Deputado Sérgio Spada de que no exercício de 84 o Porto já deu 4 bilhões de lucro. Eu lanço um repto para ele trazer aqui o balancete trimestral de 1984 e comprovar esta barbaridade.

O Sr. Sérgio Spada - Trarei Deputado, trarei.

O SR. NELSON BUFFARA - Concluindo eu faço um apelo coisa que eu nunca faço que a imprensa que nos assessora aqui na Assembléia Legislativa, divulgue este discurso brilhante feito em Paranaguá, na semana passada pelo Vereador Antônio Carlos Correia. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado. Por 10 minutos o Senhor Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é do meu feitio fazer críticas a colegas dessa Casa de ambos os partidos, de ambas as Bancadas.

Nós já tivemos, em outra oportunidade, algumas querelas com companheiros de Bancadas, mas sempre para contestar e nunca por nossa iniciativa.

Entretanto, hoje, eu sou obrigado a vir a esta tribuna, para contestar um Deputado, grande amigo, e que também labuta como nós, nos meios de comunicação, o Deputado Airton Cordeiro.

O Deputado Airton Cordeiro insiste em dizer que não foi convidado para a inauguração do Hospital Nossa Senhora das Dores em Tijucas do Sul e que também não participou, evidentemente do ato histórico, quando o Senhor Governador assinou a autorização para licitar o asfaltamento de Tijucas do Sul, BR -376.

Nós lamentamos que o Deputado insista em dizer pela imprensa que o Governador o proibiu de participar daquelas festividades. É mais uma ignomínia desse nosso colega do PDS, que procura com inverdades a sua promoção pessoal, que procura com a sua demagogia, com a sua arrogância, conquistar simpatias; e estas não conquistará jamais, porque com inverdades, com mentiras não conseguirá de forma nenhuma...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERVIN BONKOSKI - Posteriormente.

Mas, nós que temos admiração por sua Excelência o Deputado Airton Cordeiro, sabendo ele que nós representamos o município de Tijucas do Sul nesta Casa e junto ao Governo do Estado, sabendo ele que nós temos lutado pelo seu progresso e pela sua prosperidade, sabendo ele que nós somos amigos e companheiros, do então nosso Prefeito José Antenor Dissenha, eu acho que o Deputado Airton Cordeiro, talvez tenha feito essas manifestações mais como um desabafo de uma frustração como foi representante daquele município, quando o PDS era Governo e quando lá o Prefeito também era do PDS.

Entretanto, Tijucas do Sul não teve nenhuma obra!

Tijucas do Sul ficou abandonada, ficou marginalizada como até há pouco tempo estava, e nós, preocupados em levar benefícios, em trabalhar pelo seu progresso, tivemos no último sábado a inauguração do Hospital

Nossa Senhora das Dores, que não foi fruto, como disse o Governador José Richa, do trabalho deste Governo e de Governo nenhum, foi fruto do trabalho de uma comunidade unida, que aos poucos, paulatinamente, foi juntando numerário e foi, por iniciativa dos líderes comunitários construindo o seu hospital.

E não é verdade, de forma nenhuma, eu que conversei com o Governador José Richa, porque sabemos da sua formação democrática, que iria proibir a presença do Deputado Aírton Cordeiro em Tijucas do Sul, porque em todos os municípios do Paraná, os Deputados da Bancada do PDS, quando há cerimônias de inauguração, quando há cerimônias públicas, os Deputados do PDS também são convidados e mais ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, lá esteve presente a Vereadora Rosa Maria Chiamulera, do PDS, estiveram presentes outros Vereadores do PDS, e lá estavam todas as correntes políticas.

Portanto, não se justifica esta acusação um tanto deprimente para um Deputado do gabarito de Aírton Cordeiro, porque nós que comungamos com a sua amizade, não podemos admitir que se fale inverdades, principalmente jogando o Governador José Richa contra a opinião pública, e, especialmente, contra o povo de Tijucas do Sul, este povo que já lhe deu os votos, este povo que sempre o prestigiou, mas que também não aceita de forma nenhuma, manifestações caluniosas como estas.

E o Vereador que diz hoje no Jornal "A Tribuna" do Paraná" que estava autorizado a dizer que o Deputado Aírton Cordeiro estava proibido pelo Governador, também é mentiroso. Porque nós estivemos lá, convivemos com todos e assumimos total responsabilidade por este pronunciamento, e dizendo que nós queremos conviver, queremos estar juntos, mas queremos que haja sempre, e acima de tudo, a verdade, e que cada um conquiste o seu lugar político, mas conquiste com decência, com objetividade e sem ofender a moral, sem ofender a dignidade principalmente de um Governador.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Ervin Bonkoski, é com muita propriedade que Vossa Excelência coloca o pronunciamento deste Deputado malversador da palavra e da verdade. O Deputado Aírton Cordeiro, Secretário Geral, também do PDS no Paraná.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estão sendo usadas palavras que não correspondem com a ética parlamentar, especialmente pelo Deputado que se encontra na Tribuna. Havia solicitado um aparte a Sua Excelência para rebater as colocações que fez com relação a um deputado ausente neste momento.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Permanentemente ausente, é bom que se frise.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência está com a palavra, pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu solicito que Vossa Excelência determine que sejam expungidas das notas taquigráficas as referências caluniosas feitas pelo Deputado Ervin Bonkoski, contra o Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - A Mesa reitera as determinações anteriores, para que sejam expungidas das notas taquigráficas qualquer expressão que não condigam com a ética parlamentar e o nosso Regimento Interno. Está com a palavra o Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente, quero dizer ao eminente e ilustre Líder do PDS, que nós aqui estamos com o maior decoro e com maior dignidade, não estamos ferindo a dignidade de ninguém, muito menos o eminente Deputado Aírton Cordeiro. Apenas, estamos repugnando as suas atitudes em manifestar, em dizer mentiras contra o Governador do Estado. Com a palavra o eminente Deputado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Obrigado, ilustre Deputado. Mas, gostaria de acrescentar à questão de ordem levantada pelo ilustre Líder do PDS, que realmente ele, em determinada parte, falou a verdade, quando disse que o Deputado Aírton Cordeiro se encontrava ausente. Esqueceu-se de acrescentar "permanentemente ausente deste Plenário". Porque são raras as vezes em que nós temos o prazer de conviver com o Deputado Secretário Geral do PDS.

Mas o meu aparte ilustre Deputado Ervin Bonkoski era para dizer, também, que o sofismador da palavra, chamado Aírton Cordeiro, o homem que usa os meios de comunicação para, talvez, iludir a boa fé do povo, quando tenta jogar sobre o Governador José Richa a pecha de governo de desonestidade. Quando dizia pelo canal de Televisão TV Iguaçu Canal 4, que o Governador José Richa está no seu governo se caracterizando como governo de corrupção. Ele, Deputado Aírton Cordeiro, conivente e conviva contumaz de todas as orgias de desonestidade que se praticou neste País, silenciando sempre, calando-se e omitindo-se. Nada denunciando de roubo, de falcatura ou de omissão, ele hoje vem dizer, quando o Governador José Richa faz do Paraná um governo exemplo do Brasil, denunciando a corrupção, mostrando que está realmente realizando um governo transparente, pondo nas ruas, e afastando do seu convívio e de seu Governo aqueles que pensam que ainda estão nos banquetes orgílicos, dos corruptos que se implantaram no Brasil no idos maldosos de 1964.

E daí então, nesses 20 anos de 64 para cá, o Deputado Aírton Cordeiro conivente com todas as corrupções silenciou perante todas elas, não denunciando, não procurando a justiça, porque até mesmo a justiça estava impedida de ser justa porque a força de opressão e da ditadura assim o fazia.

O Deputado Aírton Cordeiro não recorreria da sua tribuna, também, para denunciar as torturas, os assassinatos e as humilhações que sofria a Nação brasileira e dos cidadãos brasileiros. E por isso Deputado Ervin Bonkoski, as suas palavras são verdadeiras porque o Deputado Aírton Cordeiro é um malversador da palavra, é um sofista da palavra. E quando o Governador José Richa mostra a transparência do seu Governo, posiciona-se como um Governo de seriedade e honestidade, afastando os corruptos para que possa dar continuidade ao seu Governo de dignidade, de competência e de honradez, o Deputado Aírton Cordeiro tenta fazer na opinião pública, a opinião de que no Paraná, o povo instalou um governo que

o seu apanágio: seria corrupção.

Nós estamos banindo os corruptos e gostaríamos que o Deputado Ailton Cordeiro, como Deputado e Secretário Geral do PDS solicitasse ao Presidente da República duas coisas, primeira, que presidisse o País e governasse o Brasil, pusesse na cadeia e afastasse do seu Governo todos aqueles que se locupletam dos dinheiros públicos, inclusive o Sr. Ministro do Planejamento, o Sr. Delfim Netto, quando usa cinco milhões de dólares, cinco milhões de dólares que se denuncia na CPI da dívida externa no Congresso Nacional.

Nós gostaríamos que através da Bancada do PDS e do Secretário Geral do PDS, solicitasse à Presidência da República esse exemplo do Governador José Richa. Moralizasse o Governo Federal, com Delfim, com CAPEMI, com Coroa Brastel, com tudo isso de corrupção, dando prejuízo ao povo brasileiro.

É isso que nós esperávamos de um novo tempo, e de um novo tempo deste PDS que hoje se esfacela porque quando conviveu com a convivência da imoralidade, quando conviveu com as desonestidades todas que se praticou neste País, quando conviveu com as desumanidades todas que se praticou neste País, ilustre Deputado Ervin Bonkoski, nós esperávamos que hoje eles levantassem a cabeça e respirassem o ar da liberdade, da democracia, e exigissem também, dignidade do Governo Federal, dignidade e competência, e mais do que dignidade, competência, pelo menos o mínimo que poderiam oferecer ao Brasil, honestidade. Muito obrigado, ilustre Deputado.

O SR. ERVIN BONKOSKI – Muito obrigado Deputado

Oswaldo Alencar Furtado. Seu pronunciamento foi muito importante, e veio trazer corroboração a esta nossa manifestação. Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não a fazemos em caráter pessoal, mas como desagravo dos companheiros de Tijucas do Sul, principalmente o Sr. Prefeito José Antenor Diceia, às lideranças daquele município, todos chocados com as inverdades proferidas pelo ilustre Deputado Ailton Cordeiro, contra a pessoa do Sr. Governador José Richa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos 15 minutos restantes.

O Sr. Nelson Vasconcellos – Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – Da Proposição nº 137/83, Proposta de Emenda Constitucional (Mensagem nº 142/83), que dá nova redação ao artigo 150 da

Constituição do Estado e trata da desvinculação da Junta Comercial do Paraná da Secretaria de Estado da Justiça. Aprovado.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA.

REDAÇÃO FINAL À PROPOSIÇÃO Nº 137/83 EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único. São alterados e acrescentados à Constituição do Estado os seguintes dispositivos:

“Art. 13. O subsídio, dividido em parte fixa e parte variável e a ajuda de custo dos deputados somente serão reajustados quando houver reajustes, respectivamente, nos subsídios e ajuda de custo dos deputados federais.

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º...

§ 4º...

§ 5º. A remuneração do deputado estadual não poderá ser superior a dois terços do total que percebem, a quaisquer títulos, os deputados federais”.

“Art. 29. Nos casos do artigo 22, executando-se o item XII, realizada a votação final, a resolução ou o decreto legislativo será promulgado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, dentro de quarenta e oito horas; se este não o fizer, em igual prazo, fá-lo-á o 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa”.

“Art. 30. O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

§ Único. As matérias constantes de projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

“Art. 72...

§ 1º. Se o funcionário não quiser gozar do benefício, ficará, para todos os efeitos legais, com o seu acervo de serviço público acrescido do dobro da licença que deixar de usufruir.

§ 2º. O funcionário que desejar, poderá requerer que a licença especial de que trata este artigo, seja concedida desdobrando-se em parte pecuniária, desde que esta não ultrapasse a metade do período a que tiver direito, a qual deverá ser paga integralmente ao funcionário, desde que o mesmo venha a gozar o período restante”.

“Art. 138...

XV – estimular a criação de casas de estudantes, assistindo-as dentro das normas legais”.

“Art. 150. Passam a integrar a Secretaria da Justiça: o Departamento de Estabelecimentos Penais e o Conselho Penitenciário”.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1984.

(aa) DIRCEU MANFRINATO - Presidente;
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

Apoio: EZEQUIAS LOSSO,
RUBENS BUENO.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei nº 138/83, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL

UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ – ASVHU”, com sede e foro no Município de Londrina. Aprovado.

Redação final do Projeto de Lei nº 138/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ – ASVHU”, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei nº 219/83, que declara de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA BOA, com sede no Município de Terra Boa e foro no Município de Peabiru. – Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei nº 219/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA BOA, com sede no Município de Terra Boa e foro no Município de Peabiru.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente;
GILBERTO CARVALHO – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 08/84, que aprova o 1º Termo Aditivo, de 25.10.83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 137/83, celebrado em 06.05.83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Kaloré, objetivando a execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1983. (Mensagem nº 45/84).
Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 08/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovado o 1º Termo Aditivo, datado de 25 de outubro de 1983, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 137/83, celebrado em 06 de maio de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Kaloré, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras – “PROSAFRAS”, no exercício de 1983.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 09/84, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 05.01.84, através da Secretaria de Agricultura e o Município de Loanda, objetivando a realização da XIV Exposição Feira Agropecuária e Industrial, na sede do referido

município. (Mensagem nº 62/84).

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 09/84.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovado o Convênio celebrado em 05 de janeiro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Loanda, objetivando a realização da XIV Exposição Feira Agropecuária e Industrial, na sede do referido município.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº

10/84, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira nº 558/83, celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Cambé e Piraí do Sul nº 501/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas nos respectivos municípios. (Mensagem nº 80/84).

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 10/84.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Cambé nº 558/83 e Piraí do Sul nº 501/83, objetivando a execução de obras para a recuperação de estradas nos respectivos municípios.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº

11/84, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, e os municípios e objetivos que especifica. (Mensagem nº 79/84).

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 11/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovados os Convênios celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Planejamento com a interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, e os Municípios de: Guaíra nºs 340, 341 e 342/83, objetivando a Ampliação de Unidade de Ensino de 1º Grau-Sede Urbana “G.E. Costa e Silva” – Complementação de Obras do Mercado Municipal e Implantação de uma Câmara Frigorífica para congelar pescado, na Colônia Z-13 de Pescadores e Foz do Iguaçu nº 351/83, objetivando a construção de anexo à Santa Casa Monsenhor Guilherme, para atendimento psiquiátrico.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 12/84, que aprova Convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico. (Mensagem nº 77/84).

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 12/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovados os Convênios celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os municípios adiante mencionados: Marechal Cândido Rondon nº 344/83; Santa Helena nº 343/83; e São Miguel do Iguaçu nº 345/83, objetivando a construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico, nos referidos municípios.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 13/84, que aprova Convênios celebrados em

09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que e especifica objetivando a implantação de melhorias de infra-estrutura urbana. (Mensagem nº 78/84).

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 13/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovados os Convênios celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os seguintes Municípios: Guaíra nº 339/83; Marechal Cândido Rondon nº 338/83; Santa Helena nº 336/83; Santa Terezinha nº 337/83 e São Miguel do Iguaçu nº 347/83, objetivando a implantação de melhorias de infra-estrutura urbana, nos referidos municípios.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;
GILBERTO CARVALHO - Relator.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar

nº 259/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação ao artigo 51, da Lei Complementar nº 2, de 18.06.73, (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Em discussão. Em votação o Substitutivo, aprovado em 2ª Discussão. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela Ordem).

De acordo com o artigo 26 do Regimento Interno, eu acho que a matéria foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa

consulta ao Sr. Deputado Erondy Silvério, se na sequência da palavra pela ordem, que invoca dispositivo constitucional, Vossa Excelência requer verificação de votação?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se Vossa Excelência

quiser proceder, é iniciativa da Mesa, mas está se vendo a olho nu que com dois votos contrários, não existem trinta votos favoráveis à proposição. Vossa Excelência pode mandar contar pelo Sr. Secretário.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Devido à conferência de votação requerida pelo Deputado Erondy Silvério, requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa

atende e solicita da Sra. 1ª Secretária que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados. (É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados). Trinta e um Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para deliberação. Solicito que os Srs. Deputados retomem seus assentos para procedermos a verificação de votação requerida.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 259/83, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados aprovam.

Nove Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. RUBENS BUENO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — A proposta que nós

apresentamos à Assembléia Legislativa e aprovada nas diversas Comissões desta Casa, e que ora é recusada pela Bancada do PDS, no Plenário, trata especificamente da verba de representação das Câmaras Municipais. Eu queria registrar, neste momento, o apoio da Bancada do PMDB a esta proposição e a rejeição pela Bancada do PDS aos Srs. Vereadores.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Desejo registrar que se trata de Lei Complementar, e conseqüentemente não houve número pela Bancada da Maioria desta Casa, o PMDB, à aprovação do projeto de lei em tela.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa já havia dado essa orientação ao Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Além disso, eu queria que ficasse registrado nos Anais da Casa que não se trata da Bancada do PDS, que está rejeitando uma proposição da Bancada do PMDB. Não existe distinção partidária. O que nós estamos é tentando fazer observar o Regimento Interno da Casa, bem como, achamos que o nobre Deputado, com a sua proposição, quer simplesmente regulamentar a Constituição Federal. Um projeto de lei estadual para regulamentar a Constituição Federal. Essa é a realidade.

O SR. RUBENS BUENO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno. Só encareço ao ilustre Deputado e lembrando a Vossa Excelência que a palavra pela ordem, sobre a mesma matéria, sobre o mesmo assunto, só é permitido, regimentalmente, uma vez.

O SR. RUBENS BUENO — Lembrando ao Sr. Deputado Erondy Silvério, que para regulamentar a Constituição precisa de uma lei complementar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) —

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 46/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU — ADEFI", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 48/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DEMORADORES DE VILA AUTÓDROMO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 50/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública o "MOVIMENTO BRASILEIRO DE EVANGELIZAÇÃO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 56/84, de autoria do Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro no Município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 83/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, situado no Município que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 88/84, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que assegura tratamento hospitalar gratuito aos integrantes da Polícia Militar do Estado, em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções, conforme especifica, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 25/84, (Mensagem nº 07/84 - ex-Proposição nº 10/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Braganey, visando a execução de obras para recuperação de estradas. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 26/84, (Mensagem nº 08/84 - ex-Proposição nº 11/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Icaraíma e Jaguariaíva, objetivando a realização de promoções, com vistas a ensinar melhoria da produção e da produtividade pecuária do Estado. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 27/84, (Mensagem nº 09/84 - ex-Proposição nº 12/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, com a participação da FAMEPAR os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 28/84, (Mensagem nº 12/84 - ex-Proposição nº 15/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 30.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 29/84, (Mensagem nº 13/84 - ex-Proposição nº 16/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16.11.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Terra Boa, objetivando tornar viável a instalação de um viveiro de mudas de café, para fomentar a cafeicultura local. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 30/84, (Mensagem n.º 15/84 - ex-Proposição n.º 18/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 14.06.83, e o Ministério da Agricultura, com interveniência da EMBRAER e da EMATER/PR, objetivando disciplinar o apoio e a integração do Ministério e do Estado, para desenvolvimento de atividades que especifica. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 31/84 (Mensagem n.º 17/84 - ex-Proposição n.º 20/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 16.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Paranavaí, objetivando regular a ampliação e prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 32/84 (Mensagem n.º 18/84 - ex-Proposição n.º 21/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 30.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Cambé, objetivando a realização da VIII Exposição Agrícola de Cambé. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 33/84, (Mensagem n.º 19/84 - ex-Proposição n.º 22/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 07.12.83, n.º 95/SG/83, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência de órgãos que especifica, visando supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 34/84, (Mensagem n.º 20/84 - ex-Proposição n.º 23/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios mencionados, objetivando a realização de feiras, exposições e outros eventos de estímulo à agropecuária. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 58/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 74/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e os Municípios mencionados, objetivando a construção de Centros Sociais Rurais em Distritos dos Municípios signatários. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 96/84, (Mensagem n.º 65/84 - ex-Proposição n.º 86/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 86/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 89/84), que objetiva criar no Departamento da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de assistente de Segurança Pública. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 42/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que declara de utilidade pública o "CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 42/84
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º — Fica declarado de utilidade pública, o "CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art.2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

O Clube Paranaense de Montanhismo, que se pretende declarar de utilidade pública, está devidamente registrado no cartório de registro de pessoas jurídicas desta Capital, promovendo seu trabalho em prol da natureza, hoje tão ameaçada pela depredação indiscriminada que assola o País e o Estado que é considerado o "BERÇO DO MONTANHISMO".

Anexamos a documentação pertinente ao presente plano de lei, em cumprimento ao que dispõe a legislação atinente à matéria aqui apresentada.

Assim sendo, esperamos dos nobres Pares o apoio que esta proposta merece e sua posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 42/84

Examinando o presente plano de lei, que declara de utilidade pública o Clube Paranaense de Montanhismo, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, verificamos que a documentação exigida pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, está completa e de acordo com o disposto na referida lei, consta o presente projeto dos seguintes documentos:

- 1- Registro do Cartório de Títulos e Documentos em 1973, portanto, há mais de 10 anos;
- 2- Relatório de atividades realizadas pela entidade;
- 3- Cópia autêntica de seus Estatutos, e
- 4- Declaração de que seus membros não percebem nenhuma remuneração.

Face ao examinado, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.
Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 57/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública o “CONSELHO COMUNITÁRIO DE COOPERAÇÃO EM SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL - COMSABES”, com sede no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 20/84)

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 94/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO que declara de Utilidade Pública o “DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO - DEPAS”, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 30, de 26.04.84.)

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 35/84 (Mensagem n.º 21/84 - ex-Proposição n.º 24/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos de 28.11.83, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 36/84. (Mensagem n.º 23/84 - ex-Proposição n.º 26/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 37/84 (Mensagem n.º 22/84 - ex-Proposição n.º 25/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 28.11.83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para controle da erosão urbana, nos referidos municípios. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 39/84 (Mensagem n.º 23/84 - ex-Proposição n.º 28/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, em 10.08.83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a execução de obras públicas em conformidade com o PRODOPAR. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 39/84, (Mensagem n.º 27/84 - ex-Proposição n.º 30/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, firmado em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, visando a execução de obras para recuperação de estradas. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 40/84 (Mensagem n.º 28/84 - ex-Proposição n.º 31/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25.04.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a adoção de ação conjunta com vistas à execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1983. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 41/84. (Mensagem n.º 30/84 - ex-Proposição n.º 33/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 30/83, celebrado em 08.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a ampliação das obras do Terminal Rodoviário de Passageiros. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 42/84 (Mensagem n.º 35/84 - ex-Proposição n.º 38/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa.

requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Setembrino Zago, ocorrido no dia 7 de junho do corrente ano, no Município de Querência do Norte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos radialistas Eusébio Garcia e Jaime Zeni, integrantes da equipe de esportes da Rádio Iguaçu, do Município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Martin Wendrechowski, vítima de latrocínio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Przysiada, ocorrido no Município de Cerro Azul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lavinia Rosa Zanon, ocorrido no dia 18 de junho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Augusto Antônio Eomeermeyr, ocorrido no dia 17 de junho do corrente ano, no Município de Querência do Norte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Linda Caliman, ocorrido no dia 16 de junho do corrente ano, no Município

de Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos radialistas Jaime Zeni e Euzébio Garcia, ocorrido no dia 17 de junho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao "Jornal do Estado", pela passagem do seu 1.º aniversário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Monguel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 1.º aniversário do "Jornal do Estado". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Externa, composta por três Senhores Deputados, para representar esta Casa nos atos comemorativos do 29.º ano de fundação do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de um curso secundário na Escola Bernardina Schleder, no Município de União da Vitória. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Palmas- ACIPA. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo mensagem a esta Casa instituindo a elevação de nível por avanço vertical por habilitação "semestralmente", em favor do magistério paranaense. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela criação da Associação dos Produtores de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial do Informativo do Conselho Regional de Medicina Veterinária, publicado no mês de abril do corrente ano. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao poeta escritor Apollo Taborda França, pelo lançamento de seu livro intitulado "Os nossos Pés de Todos os Dias". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a criação e instalação de um núcleo de manutenção do DER, para o Município de Barbosa Ferraz. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à COAGEL- Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda., pela passagem do seu 10.º aniversário. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo a criação de escritório da Coordenadoria de Proteção e Orientação ao Consumidor-

CODEC, no Município de Cascavel. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano do Distrito de São Luiz, no Município de Mariluz. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.º aniversário do Município de Quitandinha. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 215.º aniversário do Município da Lapa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de uma cancha de esportes, no Município de Florestópolis. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a reforma parcial da Escola Estadual Doutor Francisco G. Beltrão - Ensino de 1.º Grau, no Município de Ibiporã. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encaminhando esboço de anteprojeto de lei criando o Conselho de Contas dos Municípios do Paraná, como sugestão inicial tendente à instituição desse Colegiado, ainda ausente da estrutura político-administrativa do Estado. - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma solene para quarta-feira, dia 20, às quinze horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendíssimo Frei Miguel Maria Botaccin, e uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 46/84, 48/84, 50/84, 56/84, 83/84, 88/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84, 34/84, 58/84, 96/84

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 86/84

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 42/84, 57/84, 94/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 35/84, 36/84, 37/84, 38/84, 39/84, 40/84, 41/84, 42/84

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 175/83, 179/83, 243/83, 04/84, 05/84, 10/84, 18/84, 21/84

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 141/84 e do Projeto de Resolução n.º 108/84
Levanta-se a sessão.